



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

(*)Atas de Comissões Temporárias do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 48 – TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 18/4/2012, para correção do ano da publicação.

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5A,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT ^(2,28)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁴⁾
.....	Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(20,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(7,43)	Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,33) Lúcia Vânia ⁽³⁵⁾ Mário Couto ⁽³¹⁾ Paulo Bauer ^(5,32)
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽³⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(2,28) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ^(5,32) Flexa Ribeiro ^(6,33)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾	Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾	Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,14,4,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁴⁾
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(20,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(7,43)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PP/PS/C) - 13	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(20,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(1,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartillo Cavalcanti		
Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47)		
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerei a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 4 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerei a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 059/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 052 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme Of. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	Ata da 5ª Reunião, realizada em 20 de março	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS	de 2012.....	4
1.1.1 – Ata de Comissão Parlamentar Mista	Ata da 6ª Reunião, realizada em 27 de março	
de Inquérito da Violência Contra a Mulher – CPMI	de 2012.....	22

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIAS DE OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2011-CN.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião realizada em 20 de março de 2012, às catorze horas e quarenta e quatro minutos, na Sala nº 02 da ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**, **Lídice da Mata (PSB/BA)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Ivone Dantas (PMDB/RN)** e **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**; das Senhoras Deputadas: **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)**, **Elcione Barbalho (PMDB/PA)**, **Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)**, **Flávia Moraes (PDT/GO)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**; e dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Neilton Mulim (PR/RJ)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**; e o Senhor Deputado: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Esteve presente, também, a Deputada não membro da comissão **Nilda Gondim (PMDB-PB)**. Na oportunidade foi realizada oitiva da Senhora Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Secretaria de Política para as Mulheres.

Foram aprovados os seguintes requerimentos:

1	382/12	Solicita a realização de Audiência Pública na cidade de Porto Alegre/RS.	Dep. Manuela d'Ávila e Dep. Jô Moraes
2	383/12	Requer a realização de Audiência Pública no Estado do Mato Grosso do Sul.	Dep. Jô Moraes

3	384/12	Requer seja realizada uma audiência pública em Fortaleza/CE, com a participação da Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Fortaleza, Eliana Gomes; representantes da União Brasileira de Mulheres – UBM; da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará; da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, da Secretaria de Segurança Pública do Ceará; do Ministério Público – Juizados Especiais.	Dep. Jô Moraes e Dep. Chico Lopes
4	385/12	Requer que o Estado do Maranhão seja incluído na pauta de trabalhos da comissão.	Dep. Jô Moraes
5	386/12	Requer seja convidado o representante da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça.	Dep. Jô Moraes e Sen. Ana Rita
6	387/12	Requer seja convidado o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo para discutir a violência contra a mulher no Brasil.	Sen. Ana Rita
7	388/12	Requer seja convidado o Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília para discutir a violência contra a mulher no Brasil.	Sen. Ana Rita

8	389/12	Requer seja convidado o Núcleo de Identidades de Gênero a Subjetividades da Universidade Federal da Santa Catarina para discutir a violência contra a mulher.	Sen. Ana Rita
9	390/12	Requer seja convidado o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para discutir a violência contra a mulher no Brasil.	Sen. Ana Rita
10	391/12	Requer seja convidada a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR para discutir a violência contra a mulher no Brasil.	Sen. Ana Rita
11	392/12	Requer seja convidado o Movimento de Mulheres Camponesas para discutir a violência contra a mulher no Brasil.	Sen. Ana Rita
12	393/12	Requer seja convidada a Marcha Mundial de Mulheres para discutir a violência contra a mulher no Brasil.	Sen. Ana Rita
13	394/12	Requer seja realizada diligência à região do entorno do Distrito Federal.	Dep. Jô Moraes

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)
– Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos

instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Antes de convidar a nossa Aparecida Gonçalves, que exporá no momento inaugural de apreciação do diagnóstico das questões relativas à violência de gênero, eu queria prestar dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, nós passaremos a ter o seguinte funcionamento: todo requerimento dirigido a esta Comissão deverá ser entregue à secretaria até 18 horas do dia anterior, para que a gente possa fazer uma organização e garantir a sua efetivação.

Em segundo lugar, nós alteramos a primeira audiência no sentido de que a Ministra Eleonora Menicucci está propondo que a exposição dela seja feita com a participação das gestoras estaduais do pacto de combate a não violência.

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres vem construindo um processo de pactuação no Brasil e que dá essa dimensão.

A nossa ideia... É evidente, por dificuldades da nossa articulação com as principais gestoras, que houve dificuldades de agendamento recíproco.

Nós achamos e construímos com a Ministra que a força da apresentação do balanço que S. Exª vai nos trazer estará enriquecida pelas 27 representantes de cada Estado, que estarão presentes nesse momento e que, com certeza, embora nem todas as 27 façam a exposição, mas, juntamente com a Ministra, algumas das que têm experiência mais avançada na construção do pacto estarão presentes aqui.

Então, a Mesa da CPMI considerou que seria muito mais enriquecedora a vinda da Ministra com a presença material da construção do pacto do que fazer isso de forma fragmentada.

A nossa ideia é, exatamente, dar essa visão mais nacional.

Por isso, neste momento, fazemos a primeira audiência pública, também inaugural, dos dados e das informações que serão apresentados pela nossa Secretária da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a Srª Aparecida Gonçalves, que é a Secretária Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

A nossa amiga Aparecida Gonçalves acumulou ao longo desse período, sobretudo nesses últimos cinco anos, um monitoramento que nos permitirá fazer o gesto inaugural de detectar, de iniciar o diagnóstico desse processo.

Ao convidar a nossa Secretária Nacional Aparecida Gonçalves para se colocar à mesa, aproveito a oportunidade para citar e também agradecer as presenças da Lúcia Camini, que é Subsecretária da Articulação Internacional e Ações Temáticas da Secretaria

de Políticas para as Mulheres, e a Tatau Godinho, que é Subsecretária de Planejamento.

Sem dúvida nenhuma, a presença das duas militantes antigas nessa causa referenda esse gesto inaugural, e nós agradecemos, também, a presença de várias pessoas que estão aí.

A nossa Secretária Nacional disporá de 20 minutos para a sua oitiva inicial e, em seguida, nós poderemos abrir para as demais Deputadas, Deputados, Senadores e Senadoras, e para a relatora fazer as suas questões.

Com a palavra, nossa secretária.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Boa tarde. É com satisfação que a Secretaria de Políticas para as Mulheres abre esta reunião de audiência, numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que, na nossa avaliação na Secretaria de Políticas, é fundamental para o enfrentamento da violência contra a mulher, considerando o papel do Parlamento na questão do monitoramento, na investigação e na fiscalização da implementação de políticas públicas para as mulheres.

Trago o abraço da Ministra Eleonora, reforçando o que a Deputada Jô coloca, isto é, a importância que deve ter uma visão nacional do que são, efetivamente, o enfrentamento da violência contra a mulher, as dificuldades e tudo em que se tem avançado no desafio.

É nessa perspectiva que vou fazer a minha fala. Está pronto o PowerPoint?

Na verdade, para nós, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a questão da violência contra a mulher é um fato que... O simples fato – e tem sido reafirmado, vocês vão acompanhar aqui – de você nascer mulher já constitui um fator de risco, em determinadas conjunturas sociais e políticas, para as mulheres.

Ela é uma questão de gênero, ela é uma relação, efetivamente, de poder. Nós entendemos que a violência é uma forma de se submeter, de se colocar a mulher numa situação de submissão e obediência.

Também, ela é um fato que retrata, a violência, a realidade das mulheres. E nós trabalhamos com o seguinte conceito: o poder, hoje, no Brasil, é branco e é masculino. Então, é com esse conceito e dentro dessa perspectiva que nós trabalhamos o enfrentamento da violência contra a mulher.

Portanto, nós vamos ter uma grande questão: as desigualdades sociais que estão colocadas.

Então, a violência contra a mulher é um fator que, efetivamente, coloca a mulher dentro da pirâmide social, do desequilíbrio da igualdade, em condições menores. As mulheres que sofrem violência, geralmente, são aquelas que mais faltam no emprego, são aquelas que menos têm condições de subir de cargo nas condições

que estão colocadas. Portanto, são as mais tímidas e estão, dentro da pirâmide social, em último lugar.

Nós vamos tratar de três elementos que são fundamentais. Um é o mapa da violência contra a mulher, que é realizado pelo Instituto Sangari, junto com o Ministério da Justiça e com os dados do Datasus.

Nós vamos trabalhar a taxa de homicídios de mulheres: em 100 mil mulheres, na década de 80, em 10 anos... De 1980 a 2010. Então, vocês vão ver que, de 80, nós vamos ter, em 95, uma subida, desce e ela começa a subir de novo a partir de 2007. Então, ela está em uma faixa de crescimento permanente.

Nós vamos verificar que o crescimento generalizado, nos últimos anos, vem subindo permanentemente.

Pode passar.

Os homicídios femininos por Unidade da Federação: o primeiro Estado na taxa de violência, de homicídio feminino é o Espírito Santo, acompanhado de Alagoas, Paraná, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Pará. Então, nós vamos ver que os 10 primeiros lugares chegam até Pernambuco.

Pode passar.

A evolução das taxas de homicídios femininos por Unidade da Federação a partir de 2008/2010: então, nós vamos ter, no Acre... Aí, terminamos tendo outra inversão dos papéis. No Acre, ela sobe 14% e nós vamos ter: em Alagoas, ela vai a 59%, e, depois, nós vamos ter Tocantins, com 54%. Portanto, nós vamos ter um aumento, em determinados Estados, maior que em outros, e vamos ter, em alguns outros, como Pernambuco, em que, durante muito tempo, nós tivemos uma taxa... Era o Estado com o maior índice e ele começa a diminuir nessa década de 2008 a 2010.

Comparando os dados de assassinatos de mulheres no Espírito Santo, que são 22,77; se os compararmos com os de países como Costa do Marfim e Sudão, o Espírito Santo ainda ganha.

Nós vamos ter que o Estado de Roraima ainda ganha da República Centro-Africana, de Camarões, do Congo e de El Salvador.

Pernambuco. Aí, depois, nós vamos tendo os outros lugares, efetivamente, e, aí, a gente vai vendo de que forma está colocada a taxa de homicídios e de que forma o Brasil é tido como o 12º país em taxa de homicídios femininos no mundo. Portanto, segundo a Opas, é um dos maiores colocados e um dos mais graves, também, no mundo.

Nós temos o Disque 180, que é a Central de Atendimento à Mulher, que foi criado no final de 2005, e que tem uma média de 1.828 ligações por dia. Ele atende o Brasil inteiro, de qualquer lugar do País, 24 horas por dia.

Oitenta e nove por cento das pessoas que ligam são as próprias vítimas. Cinquenta e nove por cento das vítimas não dependem financeiramente do agressor. Eu acho que esse é um dado importante para que a CPMI comece a verificar.

Na verdade, para as mulheres, para as que estão em situação de violência, necessariamente não é a questão financeira que as mantém na relação de violência, mas, sim, a dependência afetiva. Acho que esse é um elemento importante para ser pensado.

Noventa e quatro por cento das agressões são causadas pelos seus companheiros, maridos ou namorados.

Nós vamos ver que 61% dos relatos feitos são de violência física; depois, nós vamos ter 23% de violência psicológica; nós vamos ter 10% de violência moral; e vamos ter 1,73% de violência sexual.

Agora, é importante a gente notar que nós vamos ter 0,05 de denúncia de cárcere privado. Aqui, é importante a gente considerar de que denúncia nós estamos falando, porque o cárcere privado é o daquela pessoa que está dentro de casa, trancada, e, portanto, é alguém de fora da família, ou vizinho que vai ter de fazer a denúncia. Então, acho que esse é um dado importante a ser trabalhado.

A relação dos filhos com a violência: 14% não presenciam e nem sofrem violência; 66% dos filhos presenciam a violência; e 19%, além de presenciar, sofrem a violência também, com a mulher. Então, esse também é um dado para a gente perceber que a violência contra a mulher é um fator que pega toda a família, pega os filhos. Ou seja, pega não só os filhos, que são aqueles que presenciam, mas envolve toda a família: envolve a mãe, envolve a irmã, envolve os amigos, envolve o vizinho.

Portanto, é nessa perspectiva que nós vamos trabalhar, porque ela é um problema social grave, a ser pensado efetivamente.

A relação com o agressor: 46% são vítimas do seu companheiro; 25%, do cônjuge; 11,82%, de ex-maridos; 4,47%, de ex-namorado; 2,23%, de namorados; e 9,25%, outros. Então, aqui, vemos que os percentuais estão dentro da margem do que a maioria das mulheres, que relatam situação de violência, sofre dos seus companheiros, dos seus maridos.

Também, nós vamos ter um agravante – e depois nós vamos verificar – que é a questão de quando ela decide dar um fim na relação de violência. Então, você vai ter, aí, o maior índice de ex-companheiros e de ex-namorados ameaçando e violentando a mulher.

O tempo de relação com o agressor. É importante a gente verificar que, nos relatos do Disque 180, 40,59% têm 10 anos ou mais de relação de violência

com o agressor. Então, acho que esse é um dado para que nós possamos trabalhar.

Nós vamos ter 19,39% que estarão entre cinco e dez anos. Então, nós vamos ter quase 60% dos relatos de violência de cinco anos ou mais. Até seis meses, nós vamos ter 4,15%. Então, assim que se inicia, na maioria das vezes, a relação afetiva, também já começa a relação de violência.

O que a gente vai verificar é que, efetivamente, as relações de violência vão-se mostrando já desde o período do namoro, período em que já começam acontecer algumas situações de violência.

A frequência da violência. Aqui, para nós, é grave – e acho que é importante que a CPMI, de fato, nos ajude a investigar: 58,64% dos relatos de violência dizem que a violência é diária, é cotidiana. Ela não é uma coisa que acontece esporadicamente. Então, cotidianamente, as mulheres sofrem violência.

Vinte e um por cento são semanalmente, portanto, nós vamos ter, aí, que praticamente 75%, quase 80% das mulheres que relatam situações de violência sofreram violência cotidianamente ou semanalmente. Então, esse é um fator que desequilibra a relação, a vida da mulher, o cotidiano da mulher, da mulher como sujeito de direito.

Na nossa Ouvidoria da Mulher, de 2003 a 2011, nós vamos verificar a evolução das demandas recebidas na Ouvidoria: de 56, em 2003, nós vamos passar, em 2011, para 1.311 denúncias efetivas na Ouvidoria.

As denúncias que chegam vêm... A gente vai ver que tem 2007, nós vamos ter 2008, 2009 e 2011, e as denúncias de cárcere privado crescem, elas são muito fortes, porque é na Ouvidoria que se dão os encaminhamentos para o Ministério Público ou para a polícia investigar. Portanto, são índices altíssimos.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Na verdade, o pacto foi traçado como uma agenda social ainda no Governo Lula, como uma forma de executar e pensar em ações efetivas que deem conta da política nacional de enfrentamento da violência contra a mulher.

Então, o pacto é um acordo federativo entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que se comprometem a enfrentar todas as formas de violência. Abrange as dimensões de prevenção, assistência, enfrentamento e a garantia dos direitos da mulher, que são os quatro eixos principais do pacto, os seus norteadores, em todos os Estados.

Os 27 Estados assinaram o Pacto Nacional e, agora, nós estamos repactuando. Por que nós estamos repactuando? Porque nós entendemos que, sendo um pacto federativo, ele tem de abranger também os outros poderes. Você não enfrenta a violência contra

a mulher só com o Executivo, só com a União, os Estados e os Municípios. Você precisa envolver o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a sociedade civil.

Foi com essa perspectiva que, a partir de 2011, nós começamos a repactuar com todos os entes da Federação, trabalhando na perspectiva de uma ampliação do pacto.

Nós também trabalhamos com o conceito de Municípios polo. O que são Municípios polo? São as regiões administrativas de cada Estado. Em alguns lugares é região administrativa, em outros é território de identidade; cada um traz consigo a sua realidade, mas, efetivamente, são esses Municípios com que nós precisamos trabalhar, na perspectiva de que todos eles tenham, no mínimo, os serviços especializados da rede de atendimento que nós achamos importantes e fundamentais, que são as delegacias especializadas; os centros de referência de atendimento à mulher; as casas abrigo ou algum serviço de abrigamento; os juizados de violência contra a mulher; promotoria; defensoria; e serviços de violência sexual contra a mulher. Então, esses sete serviços para nós são fundamentais e temos que trabalhar nessa perspectiva.

Qual é o quadro de serviços especializados que nós encontramos hoje no Brasil? Então, nós vamos ter a Delegacia Especializada de atendimento à Mulher: 374 delegacias, no Brasil todo; núcleos especializados em delegacias comuns: 116; Centros de Referência de Atendimento à Mulher: 204; temos 72 casas abrigo; 52 juizados especializados de violência doméstica e familiar; 46 varas adaptadas; 38 promotorias especializadas e 61 núcleos ou defensorias especializadas. O número total de serviços especializados: 963, apenas. E é importante pensar que a maioria desses serviços está concentrada nas capitais ou nos grandes centros. Se formos pegar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 129 encontram-se só no Estado de São Paulo; 43, no Estado de Minas Gerais. Portanto, haverá uma concentração dos serviços especializados numa região e é importante dizer que esse número para esses Estados é muito pouco, não é suficiente, a considerar o número da população. Mas, se pensarmos que em nosso País há mais de cinco mil Municípios, verifica-se uma defasagem de serviços especializados de atendimento às mulheres de grande monta. Precisamos discutir por que, efetivamente, não há investimento do poder público em serviços especializados de atendimento à mulher.

Queremos manifestar que a Ministra, em sua vinda aqui, junto com as gestoras, vai mostrar com mais propriedade o que foi antes do pacto, quando assumimos, depois do pacto e os dois juntos. O que

significou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher para o Brasil.

Pode passar.

A grande questão em que vou deter mais é quais são os desafios que considero fundamental compartilhar e que nós, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, temos discutido em âmbito nacional. Quais são os desafios que estão colocados? Num aspecto do pacto, é importante a gente perceber que ou trabalhamos com a perspectiva de que nos Municípios temos secretarias de políticas para as mulheres, para que possam fazer a transversalidade, a intersectorialidade e se responsabilizarem pela política pública para a mulher naquele Município e naquele Estado ou não vamos dar conta, porque a capilaridade é fundamental. Hoje, o nosso grande desafio é que nós não temos secretaria em todos os Municípios. Não é como secretaria de saúde ou secretaria de educação, que se descentraliza e vão para Estados e Municípios. Portanto, vamos ter um grande desafio que é, efetivamente, discutir com os Municípios e Estados a criação de secretarias de políticas para as mulheres, porque, senão, é muito difícil haver políticas públicas, organizadas e que deem resultado.

E na questão da violência, prioritariamente, porque ou é o organismo de política para as mulheres a secretaria, que dá conta de pensar em sua magnitude e na sua complexidade, porque ela é complexa, ela não é um problema só de segurança pública, não é um problema só da saúde pública, não é um problema só da assistência social; ela é um problema de segurança pública, de saúde, de assistência social, mas também é um problema de direção de trabalho e renda, de educação e de cultura. Portanto, ela passa por todas as ações da política pública que estamos colocamos e temos de ter a firmeza e a perspectiva de trabalhar com a intersectorialidade. Esse é um grande desafio que está colocado para que nós possamos ter políticas efetivas.

A segunda questão, que é um grande desafio, é de que forma vamos trabalhar com ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Precisamos sair de 963 Municípios e chegar a algo em torno de 2,5 mil Municípios. Não podemos tratar um fenômeno, como estamos falando, de que as mulheres apanham dez anos, de que a cada 40 segundos uma mulher é espancada no nosso País; nós não podemos falar de um fenômeno que as mulheres são assassinadas e não temos nem 10% dos Municípios brasileiros com serviços especializados de atendimento a essas mulheres. Onde elas vão ser atendidas? De que forma elas vão ser atendi-

das? E a responsabilidade é de quem? Por quem ela vai ser atendida?

Portanto, fazer com que nós possamos discutir no âmbito das políticas públicas. A ampliação e o fortalecimento da rede são fundamentais, até porque nós começamos a viver o fenômeno que, ao invés de ampliar, se fecha serviços. Então nós vamos ver que, no Estado de São Paulo, foram fechadas delegacias especializadas que foram transformadas em núcleos. Em muitos Municípios são fechados os Centros de Atendimento à Mulher e são transformados em creches. Esses são fenômenos que vão acontecendo e que, se nós não nos dermos conta, daqui a pouco será o atendimento universal versus o especializado. Nós somos a favor da universalidade, sim, mas nós também entendemos que uma mulher em situação de violência precisa de um atendimento especializado, qualificado, de preferência no espaço próprio e dela para que, naturalmente, ela se sinta protegida, tenha a proteção do Estado e se sinta segura.

O outro grande desafio, que é o terceiro desafio que a gente coloca do pacto, é a questão da institucionalização dos serviços oferecidos. Na maioria das vezes, se você for pedir, se a CPMI solicitar os dados, pois vai ter requerimentos, se solicitar quantos serviços como Centros de Referência e Casas Abrigo são para projetos de lei, são pouquíssimos Municípios e pouquíssimos serviços que são criados por projetos de lei, instituídos pelos projetos de lei. O significa que fica à mercê do governo que entra se há interesse em permanecer ou não. Então, acho que esse é um desafio que também está colocado.

O quarto é a questão dos recursos disponíveis. Nós vamos verificar que, na maioria das vezes, você cria os serviços, mas os Estados e Municípios dependem única e exclusivamente dos recursos do Governo Federal. Não há, efetivamente, a contrapartida em termos de recurso. Não se coloca como lei de diretrizes orçamentárias, não se coloca nem nas Câmaras de Vereadores, nem nas Assembleias Legislativas um recurso próprio para o enfrentamento da violência.

E nós sabemos, aqui, que nós estamos falando de uma dimensão que é de responsabilidade de União, de Estado e de Município. O Estado é responsável pela segurança pública e pela justiça; do Município é responsabilidade a educação, a assistência social e a saúde.

É assim que nós estamos instituindo o nosso pacto federativo; é dessa forma que trabalhamos. Portanto, nós precisamos ter recursos da União e precisamos ter recursos dos Estados e dos Municípios.

Acho que esse é outro debate e que é importante a gente colocar.

A manutenção já entra nessa questão dos recursos disponíveis.

Outro item que é fundamental para nós, e acho que tem de ser pensado, e quando a CPMI for para os Estados e Municípios é importante verificar, é qual a sensibilização e a capacidade dos agentes públicos para a questão da violência contra a mulher. Esse é um desafio que tem de ser colocado, porque, na maioria das vezes, e não é só o agente, aqui eu quero dizer que o Estado brasileiro, como instituição brasileira, não está preparado para pensar as mulheres como sujeito de direito. Principalmente quando nós vamos falar de uma violência que acontece dentro de casa, e que até alguns anos atrás, se não dizer em alguns lugares continuam, e que briga de marido e mulher não se mete a colher. E nós vamos ver, na maioria dos dados, que as mulheres sofrem violência dentro de casa, enquanto que os homens, no lado público.

Portanto, são questões fundamentais para serem pensadas, porque a posição do agente público vai fazer com que essa mulher continue ou não a denúncia; sai ou não da situação de violência; continue ou não.

E aí se nós formos ver de que forma morreu Maria Islaine, de que forma morreu Eliza Samudio, enfim, como morreram os grandes casos. E aqueles que nós não conhecemos foram, sim, na maioria das vezes, às delegacias, foram, sim, ao juizado, foram, sim, a alguns serviços. E muitas delas morreram com medida protetiva de urgência na bolsa ou com o Boletim de Ocorrência, porque simplesmente a fala dela não foi ouvida. Porque quando ela fala: “Meu marido vai me matar. Ele está me ameaçando”, as pessoas dizem: “Volta pra casa. É brincadeira. Eu não acredito”.

Então, o grande desafio que está colocado é fazer com que os agentes públicos e a sociedade brasileira acreditem na fala dessa mulher. Ela não mente. Ela não mente não. E se mentir, a nossa polícia é a melhor polícia investigativa que nós temos. Não faz porque não quer. Quando não quer, não faz; mas quando quer faz, e vai descobrir que é mentira. E aí a própria legislação brasileira tem como punir. Agora, nós não podemos partir do pressuposto do “eu não acredito”; “eu acho”; “eu avalio”. Não. Tem de haver uma avaliação simples e tranquila. Legislação é para ser cumprida no Brasil.

Então, essa perspectiva nós vamos ter de discutir qual a função dos agentes públicos da nossa Nação, frente à violência contra a mulher.

Outro desafio que é colocado e acho que a gente vai ter de pensar é o desafio dos indicadores. Nós falamos, nós discutimos, nós estudamos e nós vamos ver vários textos dizendo assim: “Mas os indicadores de violência a gente ainda não conseguiu ter”. Nós não conseguimos ter porque nós ainda não conseguimos,

no registro administrativo, resolver o problema. Se nós formos pegar os boletins de ocorrências, se nós formos pegar os dados da segurança pública – é só entrar no *site* da segurança pública –, dificilmente não vamos conseguir saber qual é o caso de violência doméstica que chegou lá. Se não estiver caracterizada como a Lei nº 11.340, que é a Lei Maria da Penha, você não consegue saber, porque está escrito que é “vias de fato”, é “lesão corporal leve”. Mas, vias de fato e lesão corporal leve acontece com todo mundo. Então, nós vamos ter um problema no registro administrativo na entrada da mulher no serviço. Nós não conseguimos ter os dados e as informações corretas para que nós possamos trabalhar. E aí nós vamos encontrar – e vocês vão ouvir muito isso, eu tenho ouvido há nove anos – que o secretário de segurança pública, os agentes de segurança pública falam assim: mas, Secretária, as mulheres hoje estão morrendo dentro do tráfico. Tudo bem, mas qual é a porcentagem? Não tem, porque não se faz o diferencial entre um assassinato e outro. E, nesse assassinato, quais as questões que estão sendo colocadas das raízes de gênero? Porque pode ser no tráfico, mas no tráfico porque foi levar droga para o marido no presídio; no tráfico também porque ela, hoje, é objeto de maior segurança, porque uma mulher chefe de família, sozinha, ela morre mais não abre pra ninguém quando o filho dela está em risco, quando a família dela está em risco.

Então, são elementos fundamentais para que nós possamos pensar e rediscutir o registro administrativo nas instituições públicas. E esse registro administrativo, nós temos de pensar que, em todas as esferas, tanto na segurança, quanto no Judiciário, quanto no Ministério Público, quanto na assistência social, quanto na saúde, nós temos de ter informações básicas para que nós possamos criar os indicadores.

E, por fim, não menos importante, é a questão da inadimplência dos Estados. Nós vamos ter um problema na violência, a CPMI vai nos ajudar muito, Deputada Jô, Senadora Rita, por quê? Porque, efetivamente, a violência contra a mulher entra na questão do Tesouro Nacional. Então, o Município que está inadimplente ele pode ter urgência e ter o maior índice de violência, mas ele não consegue receber os recursos da Secretaria. Nós não conseguimos fazer o repasse.

Então, no ano passado, só para vocês terem uma ideia, os 27 Estados mandaram projetos para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas nós não conseguimos pagar todos, porque sete Estados estavam inadimplentes.

Então, nós temos de fazer uma discussão de que forma a violência contra a mulher, que cotidianamente acontece, que é uma questão de vida, consegue sair

desse leque efetivo do Tesouro, que não pode receber recurso, que... Então, nessa perspectiva, eu acho que é um desafio que nós vamos ter de discutir na CPMI, no Congresso e no Senado. De que maneira nós podemos rever a questão do orçamento para a questão da violência contra a mulher, de uma forma que ela entre como questão de segurança, de saúde, mas que ela possa chegar aos Municípios em que as mulheres sofrem violência.

Afora as questões dos desafios do pacto, que são muito mais gerenciais e administrativos, nós temos aspectos políticos que acho têm de ser pensados e trabalhados, principalmente no enfrentamento à violência. E quando eu falo em enfrentamento à violência contra a mulher, a Secretaria de Política para as Mulheres não pensa só em violência doméstica e familiar não; nós estamos pensando na violência doméstica e familiar, na violência sexual, na violência do tráfico de pessoas, no homicídio, em todas as formas de violência contra a mulher.

Primeiro nós temos de discutir a questão da integração da segurança pública. De que forma é? E aqui eu estou falando como é a instituição segurança pública. Eu quero discutir a instituição da segurança pública, que é composta pela Polícia Civil, pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros, pelos Institutos Médicos Legais em muitos Estados, para que ela possa pensar efetivamente a questão da violência contra a mulher como deve ser pensada, porque nós vamos encontrar nesse desafio o crime contra o patrimônio e contra a vida. Quando vocês chegarem aos Estados, vocês vão ouvir as delegadas dizerem – para mim eles falam e vão falar para a CPMI –: “Mas, Secretária, não tem combustível. Secretária, não tem viatura. Secretária não tem computador”. Mas para roubos e furtos tem, para sequestro tem.

A grande questão é que quando você fala em Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher nós estamos falando em crime contra a vida. Esse é o desafio que nós vamos ter de discutir. E, dentro da segurança pública, nós vamos encontrar muitos problemas. Primeiro: não existe investimento; segundo, não existe uma qualificação; e, terceiro, ele é tido, pela maioria dos profissionais que vão para as Delegacias Especializadas, como um castigo. Eles não vão como “transferência, empoderamento”; vão como castigo. Isso vai se refletir no atendimento e nas denúncias que nós vamos ter. Portanto, isso é importante.

E a segunda questão, que nós vamos verificar ali na hora em que a gente for fazer os cruzamentos, que é um grande desafio hoje, é: onde estão os grandes problemas? Nos inquéritos, que são malfeitos, que não têm informações suficientes, que não têm investigações

suficientes? É no Ministério Público que não apresenta a denúncia? É no juiz que, efetivamente, tem todas as informações e não consegue julgar? Onde é que está o problema? Onde é que começa, onde é que termina e por que as mulheres continuam morrendo e sofrendo violência nessa indecisão que está colocada? Essa é uma questão importante.

Aqui não estou dizendo – e quero afirmar a importância da segurança pública no enfrentamento da violência contra a mulher. É fundamental que a segurança pública tenha um papel nesse sentido.

Outra questão é o fortalecimento das medidas protetivas de urgência. Nós sabemos – nós não defendemos – que não tem um policial para proteger cada mulher. Mas é importante que para algumas questões nós possamos, no mínimo, prestar atenção. Primeiro: você vai ver – vou colocar aqui a morte da procuradora em Minas Gerais – que a procuradora tinha uma medida protetiva de urgência de 30 metros. Desculpem-me, mas a mansão em que ela morava, ele podia estar na sala e ela na cozinha, dava mais de 30 metros. Desculpem-me! O marido da Maria Islaine, o assassino da Maria Islaine, que é a cabeleireira, também de Minas Gerais – a Deputada Jô sabe –, na verdade, a medida protetiva dizia que ele tinha que ficar afastado 500 metros. Mas em nenhum instante foi dito que a oficina dele ficava a 50 metros do salão de cabeleireira dela.

Portanto, as medidas protetivas, quando forem dadas, elas têm de ser dadas em 48 horas. Na maioria dos Estados, até pelo acúmulo do juizado e por uma série de coisas, eles não estão conseguindo cumprir esse horário. Mas também existe uma falta de informação, de investigação no inquérito que termina prejudicando a própria medida protetiva com as mulheres. Então, é importante que nós possamos fazer essa discussão.

A questão da parceria com o Poder Judiciário.

O Poder Judiciário é um dos Poderes a que nós chegamos com a Lei Maria da Penha. Até então nós não tínhamos acesso, nos casos de violência doméstica, familiar e violência contra a mulher, à questão do Judiciário. Nós temos avançado. E um grande avanço foi a decisão do STF agora, em fevereiro, com relação à constitucionalidade da Lei Maria da Penha.

É importante dizer da discussão que a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem feito com os Presidentes dos Tribunais de Justiça, com o colegiado dos Tribunais de Justiça. Porém, é importante a gente discutir o papel e a decisão que cada juiz e cada juíza tomam e as consequências que nós vamos ter para a vida das mulheres; de que forma o Judiciário e a segurança pública se incorporam na rede de atendimento. Porque se nós entendemos que a violência contra a mulher não é um problema só de saúde pública e de

saúde, ela é também do Judiciário, porque essa mulher precisa ser atendida na sua integralidade. E, portanto, todos os Poderes têm de conversar, se falar permanentemente. É um desafio.

Nós temos discutido, dentro da Secretaria de Políticas para as Mulheres, outro grande desafio, que é a questão de que nós tivemos grandes momentos no País, principalmente a partir da sanção da Lei Maria da Penha, em 2006, pelo Presidente Lula. E a forma como a Lei Maria da Penha mudou o Brasil. Acho que é importante registrar isso nesta CPMI: ela mudou o Brasil. De que forma ela mudou? Ela mudou porque até a Lei Maria da Penha era que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Depois da Lei Maria da Penha: “Cuidado, olha a Lei Maria da Penha; ela está em vigor”. Acho que essas coisas são importantes a gente trabalhar. Porém, ela não dá conta de todos os elementos.

Então, no primeiro ano nós trabalhamos, porque existia uma lei; no segundo ano e no terceiro ano, que as mulheres exigissem os direitos delas, que confiassem na lei. Hoje nós temos uma legislação em que 94% da população já ouviu falar da Lei Maria da Penha, ou já conhece a Lei Maria da Penha. Então, é uma lei que pegou no País. É uma lei em que as mulheres acreditam. E é por isso que aumentou, em todos os serviços públicos, para 36% o número de denúncias, seja nas delegacias especializadas, seja no juizado, seja em qualquer órgão público.

Agora nós temos um desafio chegando aos seis anos da Lei Maria da Penha: o de não deixar que as mulheres acreditem na impunidade. É preciso que entremos em um debate sério e forte no combate à violência contra a mulher. É preciso que exista a lei, é preciso que as mulheres façam denúncias, mas é preciso que haja julgamento. É preciso que sejam apurados os casos. E aí o julgamento de assassinatos, os assassinatos têm de cumprir; o julgamento dos estupradores; e o julgamento de agressores de mulheres.

Acho que nós não podemos entrar este ano sem fazer um grande debate com relação à questão da impunidade, porque se nós não fizermos um debate sobre a impunidade, se nós não fizermos – e a Ministra deve falar aqui da nossa campanha Compromisso e Atitude –; se a sociedade e os poderes públicos do País, o Estado brasileiro não assumirem a questão do enfrentamento à impunidade, principalmente no caso da violência contra a mulher, nós não vamos dar conta desse resultado e, daqui a dois, três anos, nós vamos pagar o preço do descrédito a uma lei tão importante como a Lei Maria da Penha. E por que não dizer que isso vai fazer com que diminua o número de assassinatos, ou aumente, porque as mulheres não acreditam

no Estado brasileiro. E aqui nós estamos defendendo o Estado brasileiro e o papel do Estado brasileiro.

A outra questão que eu queria colocar é a da criação de um sistema nacional de dados, que está na própria Lei Maria da Penha.

Desde que a Lei Maria da Penha foi sancionada, a Secretaria de Políticas para a Mulher tem pensado as diversas formas de se criar esse sistema. Então, é preciso que a CPMI nos ajude, investigando a questão das fontes de dados. Onde é que nós podemos alterar a questão das informações da segurança pública do Judiciário, do Ministério Público? Quais são as informações que se tem? Porque, muitas vezes, nós solicitamos as informações para a segurança pública e nos chegam os dados da delegacia de mulheres. Ora, violência contra a mulher não é só na delegacia de mulheres. A própria Lei Maria da Penha diz da autoridade policial. Ela não diz das delegacias especializadas em atendimento, ela diz da autoridade policial.

Portanto, é importante que nós tenhamos o que é oficialmente esse fenômeno. E, além disso, a mulher, para dar entrada na saúde, na segurança pública, qual é o caminho que ela faz? Ela chega ao Judiciário? Ela para no meio do caminho? Onde é que nós estamos errando e falhando com essa mulher enquanto Estado brasileiro? Acho que isso é fundamental e que a CPMI pode nos ajudar.

Por fim, não a última coisa, mas a questão dos desafios que nós precisamos discutir sobre a questão da mudança cultural e da mudança de comportamento. É preciso que nós assumamos isso, ou a gente vai fazer uma alteração nos comportamentos das pessoas, de homens e mulheres. É preciso que nós convençamos os homens a vir com a gente no enfrentamento à violência contra a mulher. É preciso uma Nação falando “não” à violência contra a mulher. É preciso que esta Nação diga e não aceite brincadeiras, piadas, filmes, músicas que desqualifiquem a mulher, que espanquem a mulher, que violentam a mulher cotidianamente. Na hora em que nós deixamos os nossos filhos, as nossas filhas dançarem esse tipo de música, nós estamos aceitando e desqualificando as mulheres brasileiras.

Portanto, é essa perspectiva que nós precisamos ter. Nós vamos ter de denunciar, sim, as propagandas que são sexistas, que são preconceituosas, que são discriminatórias, como nós fizemos no ano passado, como nós temos feito com a Secretaria para Mulheres em muitos casos. Porque isso de você dizer: “Fulano ensina ou beltrano ensina”, estamos dizendo qual é o comportamento. É o comportamento de submissão absoluta? Então, isso, para nós, é fundamental. Se nós não colocarmos o dedo aí, nós não vamos resolver o problema da violência contra a mulher.

Acho que isso é fundamental trazer para esta Comissão, para que ela possa nos ajudar a pensar quais são as formas, os métodos, a legislação para que nós possamos alterar a cultura e o comportamento da população brasileira.

Eu queria também trazer para a CPMI um caso emblemático, mas poderia citar vários. Eu quero discutir o caso do Município de Queimadas, na Paraíba.

Não dá para iniciar a audiência pública nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sem colocarmos essa questão aqui. Primeiro, eu estive em Queimadas, no dia 12 de março, na Caminhada pela Paz, organizada pelas famílias das meninas vítimas. E aí eu não poderia deixar, pois acho que todo mundo aqui conhece o caso, mas eu vou colocar, porque foram os detalhes que eu conheci quando cheguei a Queimadas; eu não conheci os detalhes pela imprensa ou pela mídia. Eu os conheci quando eu estive lá e aí eu ouvi o depoimento da mãe, o depoimento da irmã, o depoimento da comunidade.

Vejam bem o que é esse caso. Esse caso é um estupro coletivo que é dado de presente a um homem. E a Ministra hoje dizia – trata-se de estupro de cinco mulheres que aconteceu em Queimadas, que foi organizado para ser dado de presente ao aniversariante –, então, a Ministra dizia assim: “Então, são cinco mulheres, embrulhadas em papel de presente, com lacinho e tudo o que você tem direito, para serem dadas de presente de aniversário e serem entregues para um estupro coletivo”. E foi muito bem pensado e muito bem organizado, antes inclusive, portanto, não foi um estupro que aconteceu, ele foi organizado, pensado, porque foram compradas as meias, foram compradas as cordas, foram comprados todos os elementos e montados para que, efetivamente, acontecesse o estupro. E no dia da festa, elas foram convidadas para a festa de aniversário do amigo delas, porque eles eram amigos desde criança. E elas saíram da missa e foram à festa de aniversário. Na festa de aniversário, as mulheres dos aniversariantes, as duas, foram presas no banheiro para não serem estupradas e as outras cinco foram estupradas por dez homens, por dez homens, na casa do aniversariante.

Como se não bastasse isso, uma das vítimas conseguiu tirar e ver quem era e falou: “Fulano, mas é você?!” E foi morta. A outra que estava do lado, ouviu, estava desmaiada – porque essa conseguiu provar que foi estuprada pelos dez homens –, foi colocada na carroceria da camionete e, quando ela acordou, ela tentou fugir e foi morta.

O que é mais importante dizer, que foi o que eu descobri lá em Queimadas: essa menina foi morta

por tiro. Mas teve um tiro na vagina e o seu seio foi arrancado!

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com requinte de crueldade. Eu acompanhei esse caso, porque Queimadas é vizinha da nossa cidade, Campina Grande.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – Exatamente.

Portanto, eu quero aqui discutir o que a Deputada falou: sobre a questão de requinte da crueldade, da misoginia, do ódio, do crime de ódio que está colocado; a diferença em que nós vamos trabalhar e o que esse crime, efetivamente, vai alterar a realidade da violência contra a mulher no País.

Portanto, quero sugerir à Presidenta e à relatora que esta CPMI faça desse fato um fato nacional, indo lá, investigando e pautando, porque é necessário que isso se faça, porque para mim o simbolismo da crueldade se coloca aqui. Mas nós vamos nos colocar numa mulher que morreu hoje, em Brasília, com 27 facadas. Vejam bem: nós somos todos adultos e todas adultas, e aqui temos alguns médicos: o Dr. Rosinha, a Carina... Mas, efetivamente, nós sabemos que, dependendo de como for, cinco facadas matam. Para que 27 facadas? Veja bem: o ser humano colocando 27. Nós estamos falando desse requinte da crueldade. Nós estamos falando de crimes em que as mulheres são, simplesmente, esmagadas. Se elas são belas, vemos que seus rostos são marcados. Nós temos crimes no Maranhão, que a Secretária de Política para as Mulheres está investigando, em que as mulheres são degoladas: seu corpo encontrado em um lugar, e a cabeça, em outro. É disso que estamos falando. Não estamos falando de qualquer coisa. Então, temos que discutir essa questão da crueldade.

Eu queria, então, entrar em duas discussões. A primeira é a questão do paradigma da impunidade. O que faz com que esses dez homens – e dois homens, principalmente, que são os mentores intelectuais – façam e acreditem que podem pegar cinco mulheres, organizar uma festa de aniversário, estuprá-las e saírem simplesmente impunes? Essa é a grande realidade. Impunes, porque ou têm parentes prefeitos, ou familiares poderosos, ou porque é conhecido na família, ou porque, simplesmente, investem e acreditam na questão da impunidade no Brasil.

A segunda discussão: eu quero colocar o que eu encontrei na cidade de Queimadas, uma cidade dividida, chocada e indignada. Eu acho que essa indignação, esse choque lá em Queimadas, Deputadas e Senadoras, tem que ser o choque da Nação brasileira com relação à violência contra a mulher. Eu acho que esta CPMI, se nos ajudar a fazer esse debate, se nos ajudar a colocar essa questão no cenário político na-

cional, já está ajudando e muito no enfrentamento da questão da violência contra a mulher. E, além disso, eu acredito que esta Casa e este Parlamento vão nos ajudar a ter legislação, a ter recomendações para que esse tipo de crime não aconteça mais.

Portanto, eu queria deixar aqui o meu agradecimento e encerrar a minha fala. Quem quiser entrar em contato conosco...

A Ministra estará aqui na próxima vez e nos ajudará. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Eu queria agradecer à nossa Secretária Aparecida Gonçalves. Evidente que, pela força das informações e dos dados, nós tivemos a excepcionalidade de transformar 20 minutos em 50.

Antes de passar para a nossa relatora e demais Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, eu queria informar que todo esse roteiro apresentado pela nossa Secretária estará disponível no *site*. Nós queremos transformar o *site* em um instrumento de interlocução com os setores.

Também já está disponível no *site* o relatório de atividades da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, do Conselho Nacional de Justiça, que apresentou, através do seu Presidente, o Conselheiro Ney José de Freitas, todo um relatório das providências que estão sendo tomadas no interior do sistema judiciário.

Por coincidência, no dia 25 de abril próximo, será realizada a VI Jornada da Lei Maria da Penha, por iniciativa dessa comissão do Conselho Nacional de Justiça.

Esta é a ideia: que, nas iniciativas nos Estados, o volume de informações que estamos partilhando aqui possam ser compartilhadas também com as demais companheiras e companheiros que estão nos Estados, preocupados com essa questão.

Passo a palavra, em primeiro lugar, à nossa Relatora, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Boa tarde a todos os membros da Comissão. Queremos aqui agradecer muito à Secretaria de Políticas para as Mulheres, que está aqui hoje representada por diversas profissionais. Quero aqui agradecer muito à Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, e dizer, Aparecida, que foi muito boa a sua apresentação, porque ela nos apresenta, além dos dados, quais são os principais desafios a serem enfrentados. E é justamente isso que a CPMI quer buscar. A partir desses desafios, compreender melhor essa realidade para poder também apresentar sugestões para superar isso. Então, a sua apresentação ilustra bem isso. Também agradecer à Tatau, à Lúcia, as duas subsecretárias que estão aqui colaborando

conosco. E agradecer muito à Ministra, que tem sido uma grande parceira nesse nosso trabalho.

Eu tenho algumas perguntas, mas eu acho, Deputada Jô, que este é o momento para que possamos também ouvir as Deputadas, Senadoras e Deputados aqui presentes. Eu apenas vou fazer duas ou três perguntas, mas, posteriormente, poderemos encaminhar, por escrito, para a SPM para que ela possa responder e, assim, subsidiar o nosso relatório.

Uma pergunta que eu faço é: De que forma a SPM atribui o aumento considerável de demandas recebidas pela Ouvidoria, no período de 2009 a 2011, porque é um período em que a Ouvidoria recebeu muitas demandas. Qual é a leitura que vocês fazem disso? Qual é a avaliação que vocês fazem dessa informação?

Nós vimos também que, para que o pacto que foi firmado e que está sendo repactuado, com os diversos Estados brasileiros, possa funcionar, é necessário que todos os órgãos públicos do Executivo e do Judiciário assumam, de fato, a sua função, o seu papel. Cada um tem a sua responsabilidade. Então, essa rede de atendimento precisa funcionar para que a nossa legislação possa ser efetiva de fato.

A minha pergunta é: Quais Estados da Federação apresentam uma estrutura mais deficiente? E também quais Estados apresentam uma estrutura melhor? É possível, neste momento, fazer esta colocação: os que estão mais estruturados e os que estão menos estruturados?

Por último: Em quais Unidades da Federação podemos encontrar uma maior e mais visível diferença entre a violência de modo geral e a violência contra a mulher? Por que faço essa pergunta? Porque eu sou do Estado do Espírito Santo, que tem apresentado um índice de violência muito alto. E não é só contra a mulher. Lá o índice de violência é alto contra a juventude. É um Estado que, infelizmente, tem apresentado índices de violência extremamente altos. Mas eu queria saber se a SPM pode avaliar algum Estado em que a violência de modo geral não é tão alta, e, no entanto, apresenta um alto índice de violência contra a mulher. É possível a senhora nos dar essa informação?

Eu teria outras questões, mas acho que, neste primeiro momento, é isso que eu gostaria de dizer.

Para finalizar, essa questão de Queimadas nos deixa extremamente estarrecidas. Não podemos imaginar nem em filme de ficção que uma situação como essa possa acontecer no Brasil. E a pergunta que nos fica: Que cidadãos, que cidadãs nós estamos construindo no nosso País, a ponto de organizar uma festa de aniversário e dar de presente uma sessão de estupro coletivos? É algo que não dá nem para imaginar. Então, esta questão, sim, a CPMI acolhe. Vamos acolher.

Eu conversava, agora há pouco, com a Deputada Jô. Já está incluída no nosso cronograma de visitas aos Estados. Iremos ao Estado da Paraíba sim. E não vamos demorar a fazer isso. Logo nas primeiras visitas iremos lá. Já estamos com uma data, mais ou menos, mas, por questão de garantia à dinâmica do nosso trabalho, vamos comunicar posteriormente; mas iremos, sim, ao Estado da Paraíba. É um caso que nós precisamos dar um tratamento especial. E, conforme foi dito pela Sr^a Aparecida, é o paradigma da impunidade que, realmente, prevalece no nosso País. As pessoas se acham no direito de fazer o que querem, porque partem do princípio de que as instituições públicas não funcionam. Portanto, a impunidade existe. Nós temos que romper com isso. Acho que a CPMI tem a responsabilidade de contribuir para que possamos romper com essa sensação, com esse sentimento de impunidade, com essa realidade no nosso País.

É isso, Sr^a Presidente. Acho que é importante ouvir os demais que aqui estão.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Obrigada, relatora.

Pela ordem dos inscritos, o primeiro a usar da palavra é o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Sr^a Presidenta.

Dizer para a Aparecida que achei importante e ótima a sua apresentação, porque nos dá uma série de informações – eu, pelo menos, não as tinha – que podem nos pautar para o nosso trabalho. Algumas são perguntas e outras, comentários.

Quando coloca que, de 1980 em diante, há uma permanente taxa de crescimento da violência, bom, primeiro é a questão da própria – imagino eu – conscientização dos direitos e do direito de fazer a denúncia que favorece esses mecanismos. Fora isso, a Secretaria tem alguma outra razão de explicação desse aumento?

A outra diz respeito ao crescimento da taxa de homicídios, que é a mesma questão. Vai tomando consciência do seu direito, de que foi agredida, mas imagino que deve ter uma – e isso é difícil de ter estimativa – subnotificação bastante importante, porque há uma fuga, às vezes, do direito da denúncia, porque a violência se intensifica.

Uma terceira questão que foi levantada, pois vejo que é difícil de medir e que deve ser muito superior às denúncias, como mostrado naquele quadro, é a violência psicológica. Não há uma medida do quanto isso ocorre, mas é um tema importante e difícil de debucar para um trabalho.

Quando disse dos atendimentos especializados, que eles são fechados, eu já vivenciei isso mais de uma vez. Recebi denúncia de que o atendimento especia-

lizado foi fechado. E, quando você recorre à autoridade, geralmente a autoridade que mandou fechar é um homem. Não é uma mulher que está governando que tem a chave orçamentária para abrir. Geralmente, é um homem. E a alegação, geralmente, é que não se precisa. Eu até imagino que, quando alega isso, é porque o homem imagina que ele basta por si próprio. Então, é uma tarefa que, quando vem... Ah, mas tem que sensibilizar o Poder Público. Então, geralmente, o que tem que sensibilizar primeiro é o agente público responsável por garantir esses instrumentos especializados.

Então eu pergunto: a Secretaria, o nosso Ministério tem um trabalho, uma face voltada para a sensibilização do Poder Público? Porque tem que trabalhar essa sensibilização dentro do próprio Poder, inclusive no horizontal. Não estou falando no vertical: Estados e Municípios. Quando falo no horizontal, é dentro da própria autoridade federal, porque acho que a nossa CPMI tem como procurar um mecanismo de avançar, de colaborar ou até pensar isso, de como criar essa sensibilização do Poder Público. Pergunto se há uma face do nosso Ministério.

Outra questão que vem no meio do caminho diz respeito às medidas protetivas. Foi dado o exemplo da questão do Judiciário. Eu acho que o nosso Judiciário decide algumas questões com total desconhecimento ou ignorando a realidade. No debate que vamos fazer com o Poder Judiciário, nós temos que sensibilizá-lo, Sr^a Presidente.

Eu dou um exemplo: há dois ou três anos, um menino usuário de drogas foi internado em um hospital psiquiátrico, que não tinha nenhum preparo para atendimento daquele tipo de paciente. E lá dentro ele é morto por outro interno que era da quadrilha, ou do grupo, ou da gangue oposta à dele. Eu, indignado, telefonei para o juiz: “O senhor conhece o hospital?” “Não, não conheço.” É um hospital normal, não é um hospital que atende quem está nessas condições e, no entanto, coloca as gangues diferentes. Não dava outra, um seria morto. Então, esse juiz sequer sabia, não conhecia a instituição. Acho que eles não conhecem a realidade e não acreditam na mulher quando diz: Ah, mas 50 metros, 500 metros... Não vai acreditar. Então, é uma situação difícil.

Mais dois pontos e termino. Um é a questão da mudança cultural. Eu pergunto se há algum registro no nosso Ministério, quantitativo ou qualitativo, desse tipo de agressão? Quais tipos de agressão? A música, a piada, o gesto, a dança. Se houve alguma medida disso, porque isso não é diário; isso é por minuto; isso é a vida cotidiana.

Sempre digo: sou um homem, também sou machista, como todos os homens. Alguns fazem uma luta

diária para se conscientizarem e não cometerem... Porque você tem que fazer isto: lutar consigo mesmo, porque você tem que ter a consciência de que não pode ser machista. Mas, no entanto, muitos deles fazem isso e se dizem não machistas.

Eu lembro que, quando havia aquela música da dança da garrafa, eu estava numa delegacia de polícia, na cidade de Colombo, distrito da região metropolitana de Curitiba, e um senhor foi denunciar uma festa de igreja que estava tocando essa música, e as meninas, dançando. Ele achava que o delegado tinha que acabar com a festa ou acabar com a música. Quer dizer, alguém viu e se indignou com aquilo, mas, no entanto, toca-se com uma aparente naturalidade. Está em tudo quanto é mídia. Como trabalhar isso e se tem algum tipo de trabalho?

Por último, acho que a Ana Rita já acrescentou numa conversa com a Jô. Nós temos que aceitar a proposta de irmos a Queimadas e, se possível, se os nossos Presidentes autorizarem, com o maior número possível de pessoas, porque não é um ato investigativo; será um ato político de condenar esse tipo de crime. Todos são violentos. Agora, uns são mais violentos que outros. E esse tem um quê de maldade que é assustador. Você planejar uma coisa dessas, Nossa Senhora! A gente sabe que, mesmo quando é individual, é planejado. O sujeito não vai violentar... Ah porque, na hora, ficou maluco, ficou doido, tinha bebido. Não. A maioria desses crimes de estupro é planejada, mas um estupro coletivo é inadmissível. Foram dias trocando informações, trocando telefonemas, fazendo reunião para ver como ia se dar.

Então, acho que temos que ir, com o maior número possível de Parlamentares, porque é um ato político, condenando essa prática.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)
– Obrigada, Deputado Dr. Rosinha.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr^a Presidente, Deputada Jô Moraes; Sr^a Senadora Ana Rita, Relatora; Sr^a Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI; Aparecida Gonçalves, companheira lá da SPM – Secretaria de Política para as Mulheres. Eu gostaria de cumprimentar-lhe e me desculpar porque tive de me ausentar durante a sua apresentação. Eu já estava inscrita no plenário do Senado para falar sobre a Campanha da Fraternidade, que este ano trata da fraternidade e saúde pública. E, neste momento, em que o nosso País está indignado com aquelas matérias que foram divulgadas, recentemente, na Rede Globo, sobre o desvio de recursos da saúde pública por empresários corruptos, nós não poderíamos deixar de nos

manifestar, de mostrar a nossa indignação, a nossa preocupação com essa situação grave.

O Governo da Presidente Dilma já está tomando as providências necessárias para apurar e punir esse tipo de crime, que é absurdo, porque, quando você rouba da saúde do cidadão brasileiro, você está roubando a vida das pessoas. Nós não podemos, como mulheres do Parlamento brasileiro, deixar de dar a nossa contribuição, de dar a nossa opinião firme a respeito dessas pessoas que se utilizam do poder que têm nos cargos públicos para roubar o patrimônio público, prejudicando, imensamente, as milhares de mulheres que precisam da saúde pública, que precisam do Sistema Único de Saúde; as milhares de crianças, adolescentes e idosos que precisam de um SUS eficiente.

Por essa razão, tive que me ausentar para ir ao plenário do Senado Federal.

Mas eu gostaria de te parabenizar, Aparecida, pela atuação da SPM nessa luta, desde 2002, principalmente no que diz respeito ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Vocês fizeram um trabalho de visitação em todos os Estados da Federação e conseguiram que todos os Estados assinassem o pacto, o comprometimento, para que estes pudessem implementar ações para a diminuição da violência contra a mulher. Então, eu quero parabenizar a SPM por essa iniciativa, que considero louvável. De 2003 até 2011, conseguiram que todos os Estados assinassem e se comprometessem com o combate à violência contra a mulher.

E desejo perguntar o seguinte: Nós estamos em 2012, qual é o resultado da assinatura desse pacto? Qual é o nível de comprometimento de Estados e Municípios com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher? Nós sabemos que os equipamentos sociais que asseguram essa proteção, esse combate à violência, cresceram nos últimos anos. Nos 5.565 Municípios, temos 465 delegacias especializadas, 68 casas abrigo, 146 centros de referência, 147 juizados especializados ou varas adaptadas para julgar os casos de violência doméstica e familiar, 56 núcleos de atendimento nas defensorias públicas e outros 19 núcleos nos Ministérios Públicos Estaduais.

Eu queria saber como a SPM está se articulando para conseguir ampliar, em todas as instâncias de poder, o número de equipamentos sociais da rede de serviço especializada para combater e prevenir a violência contra a mulher?

Aparecida, eu teria outros questionamentos, mas vou me ater nesses dois pontos que considero muito relevantes neste momento.

Eu queria dizer também que encaminhamos requerimento na CPMI para discutir recursos orçamen-

tários destinados a essa política nos níveis federal, estadual e municipal. Eu penso que é de fundamental importância o comprometimento dos gestores públicos nas três instâncias de poder para assegurar essa diminuição desses índices absurdos, vergonhosos. Nós somos a sexta economia do mundo e, no entanto, ainda estamos muito na rabeira, bem lá atrás, no que diz respeito à violência contra a mulher.

Era esse o questionamento.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Com a palavra, a Deputada Elcione Barbalho.

A SRª ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar a nossa Presidenta, Deputada Jô; a nossa Vice, Keiko Ota; a cara amiga Aparecida; e Ana Rita, que se levantou um pouquinho.

Mas estou aqui meio estupefata, eu diria, com tanta afronta, com tanta impunidade, com tanta banalização das situações que encontramos neste País. E vejam que nós somos apenas um tijolinho nessa construção, enquanto caminhamos tão pouco.

Perguntaria a você, Aparecida – nós estamos sempre juntas, com o Programa da Secretaria, desde que assumimos, inclusive, a Procuradoria da Mulher –, de que forma poderíamos... Já me voltei aqui para a nossa Deputada lá da Paraíba. O que podemos fazer juntas nessa ação?

É uma coisa assim inacreditável. Eu, realmente, emocionei-me e vi o quanto ainda estamos muito pequeninhos nessa questão.

Nós temos saído pelos Estados, criando as procuradorias, afim, inclusive, de descentralizar a ação da Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados, porque ficamos muito aqui, nessa área, muito na área federal, só recebendo os e-mails, as denúncias, engessadas, sem poder tomar nenhuma atitude.

Já estamos partindo, inclusive, para as câmaras municipais, porque acho que é em ações que temos de avançar. Nós temos de ir para o enfrentamento, para poder realizar alguma coisa de concreto, para mostrar que não estamos brincando.

Dentro dessa questão que você está colocando, de recursos, temos de pensar. A Secretaria não foi bem aquinhoadada no que diz respeito ao orçamento. Nós precisamos de aporte de verbas, principalmente nessa questão da retaguarda.

Quando nós fazemos o nosso mutirão da Penha, em que colocamos o Executivo, o Legislativo e o Judiciário juntos, tenho alertado muito o Governador e a Assembleia Legislativa no sentido de um aporte de recursos para uma retaguarda, porque também não temos condições de desenvolver, nem de agir, no que

diz respeito a determinadas situações na Lei Maria da Penha, se não temos retaguarda.

É uma casa de passagem. Você levantou o número de juizados, enfim, de uma série de segmentos que servem de apoio, para que possamos avançar. Eu parabeno a atuação e queria dizer-lhe, com sinceridade, do apreço. Vejo o quanto você tem feito muito por essa área, nessa questão do enfrentamento. Temos que ter coragem, porque não é fácil. Nós corremos, sinceramente, até risco, porque a ignorância é um fator preponderante nisso tudo, quando começamos a denunciar, a enfrentar, a ir para cima.

E digo-lhe com sinceridade: eu vou parar um pouco. Daqui a pouco, vou deixar passar um pouco essa minha situação, até mesmo porque vamos lançar agora o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça na Câmara, e ver de que forma poderemos cobrar das autoridades. Alguma coisa tem de ser feita, nem que seja um grupo de Deputadas, para ir lá, fazer alguma coisa, pressionar o Judiciário, porque não é possível. Não é possível.

Esses caras são uns monstros. Isso não é ser humano, não. Precisam imediatamente de um tratamento, de uma camisa de força, e não sei o que mais. Talvez até a emasculação resolvesse o problema deles.

Perdoem-me. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Obrigada, Deputada Elcione Barbalho.

Com a palavra, a Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô.

Quero cumprimentá-la pela condição de Presidente, bem como a Vice-Presidente, a Deputada Keiko Ota, e a nossa Secretária de Políticas para Enfrentamento da Violência contra a Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Srª Aparecida Gonçalves.

Quero cumprimentar cada um e cada uma das Deputadas e Senadoras e Deputados, que estão aqui conosco, e dizer que acho que temos de começar. Eu acredito que a nossa CPMI vai conseguir trabalhar, mas temos de buscar uma cultura de paz.

Hoje mesmo, vamos votar na Câmara dos Deputados a Lei Geral da Copa. Está provado e comprovado – e faço parte da Comissão do Álcool – que a grande maioria das violências domésticas, das violências contra as mulheres, é causada pelo uso excessivo do álcool.

Então, nós – esta Comissão –, além de visitar todos os cantos deste País, temos efetivamente de ouvir Queimadas, que é uma situação extremamente grave. Mas há outras violências silenciosas, que não chegam à mídia. Há outros fatos acontecendo, que precisam, efetivamente, de políticas públicas.

Acredito que avançamos, sim, nos últimos anos, mas precisamos de recursos financeiros, com repasses fixos e regulares. Para isso, existe a modalidade do fundo a fundo, como já existe na saúde, em que o recurso é repassado mensalmente, uma cota para cada conjunto de Municípios, de Estados, nem que o chamemos de o PAB fixo da Violência contra a Mulher, que é um valor *per capita*, que cada conjunto de Municípios possa receber. E, é claro, ele vai receber o recurso, mas precisa mostrar o que está fazendo. Ele precisa ser cobrado com relação as suas atividades relacionadas à política.

Por quê? Porque é só mais uma política para alguns, gente. É só mais uma demanda para alguns. Não são todos que sentem esse tema na magnitude em que este grupo, que está aqui, na Comissão, pensa – em especial, o grupo que está à frente do Ministério, das secretarias estaduais e municipais, que trabalham com isso e que percebem o desprezo, muitas vezes, pela causa. Carro tem para sair e fazer outra demanda, até mesmo para levar um documento até outro departamento, mas, para investigar violência contra a mulher, não tem.

Nós precisamos de repasses fixos e regulares, seguindo-se as legislações que já há no País. E sugiro que seja criado um fundo da violência e que esses recursos não possam ser contingenciados.

Era essa a minha colocação com base na sua fala, Secretária. Precisamos, efetivamente, de recursos fundo a fundo. Por outro lado, nós precisamos, na mídia, trabalhar todos os temas de violência.

Violência gera violência, gente. As nossas crianças estão vivendo na frente de programas de computador, de jogos, em que matar ou ultrapassar aquela etapa é uma coisa muito simples. E isso fica no subconsciente.

Então, temos de trabalhar a formação das nossas crianças. Viemos de um curso que trata exatamente disto, das políticas públicas na primeira infância, e sabemos que só teremos uma geração melhor, se trabalharmos essa geração que está aqui, porque é essa que está, hoje, nas casas lares e nos abrigos municipais, ou que está vivendo ou vendo sua mãe ou suas irmãs sendo violentadas. Que tipo de formação essas nossas crianças terão? Provavelmente serão os jovens que irão cometer casos de violência tão brutais quanto os que ouvimos aqui, ou quanto os que acompanhamos pela imprensa, e outros mais até.

Então, é muito importante que nós consigamos, Deputada Jô, Senadora Ana Rita, sensibilizar todas as Secretarias de Estado e todas as Secretarias Municipais. Que essa não seja apenas mais uma política.

Essa política precisa ter um desenho específico, com repasses, porque, com base em projetos, é muito complexo. Fica-se aguardando o projeto ser aprovado, fica-se aguardando a liberação, para depois se fazer a ação. E ação, para esse tipo de situação que vivemos no País, não pode ser aguardar a aprovação de nenhum tipo de projeto.

Então, tenho certeza de que muitas de nós, de que todas nós, colegas Deputadas e Senadoras, bem como os Senadores e Deputados que nos acompanhar, vamos ver muito pelo nosso Brasil. Muito. Mas acredito que vamos conseguir propor, a partir desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o fortalecimento das políticas públicas e outro olhar, que é aquele que venha desde a formação das nossas crianças até a mudança de comportamento de alguns veículos de comunicação, que se restringem à violência. E que possamos mostrar que o álcool efetivamente é, sim, a porta de entrada para a violência e para as drogas.

Parabéns, Secretária.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Obrigada, Deputada Carmen Zanotto.

A Deputada licenciada Nilda Gondim é da Paraíba e é a próxima.

Faremos uma excepcionalidade regimental, para que ela possa fazer o depoimento. Em seguida, falará a Deputada Rosinha da Adefal.

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Boa tarde.

Cumprimento Jô Moraes, minha colega, minha amiga; Keiko Ota também, Deputada Federal; Senadora Ana Rita; e Aparecida, Secretária de Políticas Públicas.

Eu vinha chegando, quando a Aparecida estava comentando sobre o fato de Queimadas. Foi um fato que ninguém acreditou de tanta maldade, com requintes de crueldade, sobretudo porque a cidade de Queimadas é uma cidade... A senhora conheceu e viu que é uma cidade mais ou menos esclarecida, vizinha a Campina Grande, da qual fica a uns dez ou quinze minutos no asfalto. Tenho, inclusive, até grandes amizades em Queimadas, fui votada também lá.

Para nós, foi assim um escândalo, um requinte de tanta crueldade, de tanta maldade, cometido contra duas moças. Eu conheci uma delas, que era funcionária de nossa amiga. Trabalha nas Capes, Ana Amélia. Era Secretária da filha de Ana Amélia. E conheci também a mãe dela. Então, foi uma coisa absurda aquilo.

Espero que esses crimes não fiquem impunes, porque é, como você disse, Aparecida: além de matar com aquele requinte todo, perverso, macabro mesmo...

Então, estou me prontificando. Estou licenciada, volto agora, em 19 de abril, e espero também participar da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque, em termos de violência, lamentavelmente, a Paraíba

é o segundo Estado mais violento do Brasil. Sou filha de João Pessoa, sou paraibana, tenho orgulho de representar a Paraíba, sou a única Deputada Federal da Paraíba, mas confesso que o índice de violência é alarmante.

Até no dia em que fizemos o encontro das mulheres... Nós, já por conta de tanta violência, organizamos eventos em Campina Grande, dos dias 6 a 16, só direcionado às mulheres, falando sobre a Lei Maria da Penha, sobre a violência, com palestras em 18 escolas do Município. E nós sentimos a necessidade de haver uma política mais rigorosa, porque o machismo, que predomina muito lá no Nordeste, a droga e o álcool, como você disse, minha colega Carmen, tudo isso concorre muito também.

Nós precisamos, de fato, ter uma política mais rigorosa, para ver se diminui. Até março, Aparecida, havia 25 mulheres violentadas e assassinadas na Paraíba, de janeiro a 06 de março, que foi quando estávamos começando as nossas palestras. Vinte e cinco mulheres.

Então, isso é um absurdo, e temos de continuar... É louvável esta Comissão Mista. Espero em Deus que possamos diminuir. Estou às ordens. Se vocês forem à Paraíba... Acho que há necessidade premente da presença da Comissão na Paraíba, e eu, como paraibana que sou e representante, estarei lá, ajudando-as e ciceroneando-as, com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Obrigada, Deputada Nilda Gondim.

Com a palavra, a Deputada Rosinha da Adefal, de Alagoas.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PT do B – AL) –

Boa tarde a todas e a todos.

Srª Presidenta, primeiro eu gostaria de parabenizar toda a equipe da SPM pelo trabalho que vem realizando, principalmente pela quantidade tão pequena de recursos que é destinada à Secretaria.

No ano passado, quase que eu ando, quando vimos – é uma brincadeira para chamar a atenção mesmo (*Risos.*) – a diminuição de recursos de PPA e de orçamento. Chegamos até a comentar, a pensar e a articular, porque a primeira ideia foi esta: “Bem, a Secretaria, agora, vai acabar”. Então, nós vamos retroceder em tudo que já conseguimos avançar com relação à efetivação dos direitos da mulher. Acabando a Secretaria, é isto que vai significar: um retrocesso. Graças a Deus, isso não aconteceu. Vamos lutar para que, neste ano, consigamos ampliar os recursos. Não faltarão mesmo, mas de fato ampliar o que já tínhamos no passado, o que é importante, porque, sem dinheiro, nesse mundo do capitalismo, não conseguiremos fazer nada.

Todo esse trabalho da CPMI será em vão, todo o trabalho em qualquer lugar do País será em vão, se não tivermos recursos para de fato efetivarmos todas as políticas públicas de defesa dos direitos da mulher.

Então, parabéns a toda a equipe, à Ministra, à anterior. Enfim, o trabalho que vocês fazem nos orgulha como mulher e nos dá a esperança de que toda essa realidade mude.

Aí vou complementar ou fazer minhas as palavras da companheira Carmem, quando ela fala da cultura da paz. Sou do Estado de Alagoas, o Estado de maior índice de violência no geral, e não quero nem falar com relação à violência contra a mulher.

Então, infelizmente, o que é para ser atípico nos Estados, infelizmente, no meu Estado é típico, é comum. E isso nos deixa tristes, nervosas, angustiadas; por isso estamos nessa batalha política para tentar, de alguma forma, mudar essa realidade.

Vontade política é tão importante quanto os recursos. Infelizmente, ainda falta muito no meu Estado. É triste dizer isso, embora eu tenha orgulho de ser alagoana.

Enfim, estamos ansiosas para receber a CPMI. Já estou fazendo toda a articulação, colhendo os dados que posso. A minha assessoria de imprensa está fazendo um levantamento, desde a instalação da CPMI, sobre o que aparece de notícia nos três maiores sites, nos mais visitados – só nos sites. Não estou indo nem para o jornal impresso, nem para outro tipo de mídia, e já é assustador o que encontramos.

Quando falo da cultura da paz, mais uma vez lembrando o que Carmem falou, cito a questão das drogas. Noventa e nove por cento da violência contra a mulher tem o álcool como a porta de entrada, como a principal causa. Então, de repente, estamos indo para um caminho que talvez não seja o correto. Não é que não seja correto, porque correto temos certeza de que é, mas pode não ser só esse o caminho. Se não abriremos várias frentes, não vamos chegar a um resultado mais positivo.

Por fim, eu gostaria de saber da Secretaria ou de fazer esta sugestão, se é assim que posso falar: a de que também façamos um levantamento do que se tem – sei que há e que ainda não se tem esse levantamento de forma concreta – da violência à mulher com deficiência.

Infelizmente, nós já temos algumas informações – ou muitas informações – de que, no caso de mulheres com deficiência, principalmente a deficiência intelectual e a deficiência auditiva, que impedem que a comunicação seja efetivada, a deficiência e a falta de credibilidade dessas pessoas levam o caso à resolução ou até à tona, porque muitas vezes, ou na maioria

das vezes, a violência acontece na própria casa, principalmente às mulheres com deficiência intelectual, às crianças, adolescentes e mulheres com Síndrome de Down, com paralisia cerebral, que não têm condição sequer de fazer a denúncia.

Precisamos fazer esse levantamento e fazer algo para mudar essa realidade.

Então, deixo aqui a minha sugestão, a minha pergunta sobre se já há algum dado como esse. Enfim, mais uma vez, termino a minha fala, parabenizando a Secretaria, lamentando também... Fiz uma anotaçãozinha, não posso esquecer: Maceió já tem um Plano de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, mas infelizmente – por isso falo na questão da vontade política –, nós tínhamos uma Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, e, por uma questão de falta de afinidade com o Secretário, a Secretaria foi extinta. Aí essa Pasta voltou para a Assistência; a questão da mulher voltou para a Assistência, sem recursos, sem profissionais, sem técnicos. Enfim, só se jogou lá no cantinho, para não se dizer que ela deixou de existir, mas todo o trabalho de fazer um plano, mais uma vez, ficou só no papel.

Então, que esta CPMI também possa fazer... Já que estamos querendo apurar exatamente a omissão do Poder Público, que enfoquemos também isso lá em Alagoas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Obrigada, Deputada.

Nós temos de assegurar as condições regimentais.

Coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos também apreciar os requerimentos que dizem respeito às audiências públicas previstas, incluindo-se até uma audiência do entorno, requerimento de minha autoria, bem como da Senadora Ana Rita, da Deputada Manuela e do Deputado Chico Lopes.

Em votação os requerimentos em bloco.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Retomo a palavra para a última inscrita, antes da relatora, a Deputada Keiko, e, em seguida, para a nossa Secretária Aparecida Gonçalves.

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP) – Quero saudar a Presidenta Jô Moraes, a nossa Senadora Relatora

Ana Rita, a Secretária Aparecida, os Parlamentares, a Senadora Angela, e agradecer a contribuição desses dados, que são de grande valia, que a Secretária Aparecida nos apresentou. Foi um começo muito forte.

Demonstrou-se aqui que a violência contra a mulher é multicausal. O desafio é grande, gente; nós vimos quantos problemas. Temos muito que trabalhar.

Achei muito importante a fala da Secretária, quando ela disse que no ambiente em que existe violência, não se podem criar cidadãos. Se protegemos as nossas mulheres, nós também estaremos protegendo as nossas crianças e vamos também eliminar essa violência urbana.

Uma estatística feita lá em São Paulo, segundo uma universidade federal, mostra que as crianças que sofrem... Oitenta por cento das nossas crianças que sofrem *bullying* e que praticam *bullying* primeiro sofrem a violência dentro de casa e assistem à violência.

Então, realmente, esse dado que ela nos trouxe, de que 66% das nossas crianças... Os filhos são atingidos, e 19% são atingidos e sofrem violência.

Realmente, esta Comissão tem muito que fazer, mas estamos firmes e trabalhando muito.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG. *Interrupção do som.*) – ...a nossa Secretária Aparecida Gonçalves, que garantiu, com uma intervenção abrangente de um diagnóstico claro da situação, o nosso ponto inicial da CPMI.

V. Sª tem a palavra.

A SRª APARECIDA GONÇALVES – São muitas as perguntas. Talvez eu precisasse de outra tarde para responder a todas. Portanto, como ultrapassei o tempo, vou propor-me, Deputada, a responder por escrito, com a minha equipe, e a fazer algumas considerações, se vocês me permitirem.

Primeiro, eu queria considerar alguns fatores que são importantes, para pensarmos. Primeiro, de que forma a Secretaria de Política para as Mulheres entende o aumento da violência urbana com o aumento da violência doméstica?

Eu sempre tenho trabalhado, nos meus 35 anos de estudo da violência contra a mulher e nos meus 12 de Estado nas políticas públicas, e tenho visto que você não trabalha e você não tem uma criança... Nós sempre dizemos que somos frutos de como somos educados e somos criados. Portanto, se você vai ver, como nos nossos dados da Central, que a maioria das crianças presencia cenas de violência contra sua mãe e que essas cenas são cotidianas, você não pode ter outra sociedade que não a que está colocada. E nós estamos pagando pelo preço da omissão de 30, 40 anos de não pensarmos a violência contra a mulher

como uma questão de política pública séria, o que faria a diferença no cenário político nacional.

Eu gostaria de começar a resposta do que é violência urbana e da violência contra a mulher com essa perspectiva. Se eu sou educado vendo o meu pai com uma faca no pescoço da minha mãe, que relação eu vou ter com a sociedade e com a humanidade? Não vai ser de paz, Deputada. Dificilmente será de paz. Pode até ser, não estou dizendo que é impossível, não. Pode ter, mas as relações são criadas dessa forma. Nós nos assustamos quando vemos o trânsito da forma que está. Ora bolas, o trânsito violento é consequência daquilo que estamos vendo e sobrevivendo dentro de casa.

Portanto, eu gostaria de começar dizendo que, se nós queremos uma cultura de paz, ela tem que começar dentro de casa. Nós temos que começar, pensando que este é o espaço público e que se reflete especificamente. Eu acho isso importante que esta CPMI pense.

A segunda questão que eu gostaria de colocar, que foi levantada aqui, é que a violência contra a mulher tem dois fundamentos: um é a questão do sexismo, o machismo patriarcado. Não tem jeito, nós não fugimos desses três itens. Esse é o que autoriza... A Eliete Saffioti sempre diz, ela sempre colocou... Isso autoriza os homens a violentarem as mulheres. Eu sempre digo que não é possível você pensar em violência doméstica sem pensar nas guerras. Como é que você, efetivamente, domina outro? Ora, quando os Estados Unidos quiseram invadir o Iraque, ele entrou por terra, pelo mar, com tanque, com avião e, efetivamente, subordinou e calou toda uma nação. Quando nós queremos ocupar a Rocinha ou o Morro do Alemão, nós subimos com tanque, nós subimos com uma série de armamentos.

Portanto, nós não podemos pensar que o método, dentro de casa, da violência doméstica seja diferente. O método é este: é o método do silêncio, do cala-boca, da subordinação absoluta. E isso tem a ver com a questão do poder efetivamente colocado pelo patriarcado, que vamos ter que discutir; o sexismo que coloca a mulher num lugar e coloca o homem em outro. Acho que essas são as fontes que nós temos que discutir.

E aí, para encerrar, Deputada, eu queria dizer que a minha grande discussão na questão do enfrentamento da violência contra a mulher – eu não quero discutir quem erra mais, se a segurança pública, o Judiciário ou a assistência social. Para mim, existe um grande problema que são as instituições públicas, independentemente de ser do Judiciário, da segurança pública, da assistência social ou da saúde. A grande questão que nós temos e que acho que é a razão do objeto importante da CPMI, que ele coloca como a questão do Poder Público, são as instituições, de que forma as instituições se comprometem com a ques-

tão do enfrentamento da violência, de que forma elas estão com capacidade e abertas para se alterarem, mudarem suas estruturas enquanto instituições e enquanto Estado, para que, efetivamente, nós possamos enfrentar esse fenômeno.

Então, acho que esse é o debate fundamental que a CPMI pode trazer para nós. Essa é a grande questão. Trazer para esta Comissão o Poder Judiciário e perguntar para ele até onde existe disposição dessa instituição para se alterar, modificar, para enfrentar a violência contra a mulher, assim como as instituições da segurança pública, assim como as instituições da saúde, assim como as instituições da assistência social, que têm trabalhado como premissa a questão da família, e nós não somos contra, mas a estrutura da família é que... Qual é a forma que vamos trabalhar, de que concepção de família nós estamos falando e que importância essa família vai ter para a sociedade e para as pessoas que estão colocadas?

Então, para mim, o grande debate que nós temos que fazer a partir de agora e para o século XXI é em que nível o Estado brasileiro – primeiro quero trabalhar o Estado brasileiro – tem compromisso em alterar e erradicar a violência contra a mulher. Esse é o desafio que está colocado. Para mim, acho que tem que ter recurso, tem que ter vontade política, tem que ter vontade política; eu acho que tem que ter outra coisa para essa questão que é fundamental: acho que tem que acreditar, efetivamente, que nós podemos ter outra sociedade. E à medida que acreditamos que temos outra sociedade e que os seres humanos se modificam, nós vamos mudar, sim, a cultura.

Só para encerrar, a gente altera a cultura também quando a gente faz o papel de chata. Eu acho que a CPMI, que o Congresso pode fazer porque, por enquanto, a Secretaria de Política para as Mulheres tem feito sozinha, porque nós brigamos com relação à Devassa, nós brigamos com relação à Hope; nós temos feito uma série de questionamentos com relação ao tipo de estereótipo que as propagandas e as publicidades têm colocado no País. Acho que isso é fundamental. Não é preciso entrar com processo, mas os pronunciamentos dos e das Parlamentares para nós é fundamental.

Então, era isso que eu queria dizer.

Sobre as perguntas, a gente encaminha por escrito, Sr^a Presidenta.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Eu queria agradecer à Aparecida e dizer que ela tem absoluta razão numa série de questões. O primeiro documento que eu recebi de um juiz era exatamente justificando em relação à medida protetiva de 30 me-

tros e por que ele cumpriu o dever dele quando disse “avisos de ameaça – como se refere a ilustre Deputada – ou qualquer outro aviso não são causas suficientes à determinação de uma prisão”. E aí ele justifica porque, no caso da Procuradora, a lei cobre o juiz que não determinou a prisão.

Teremos oportunidade de conversar com esse juiz e solicitar que ele possa dar liberação do seu conteúdo para encontrarmos no *site*.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria, já no final, encerrando esta audiência pública, não só de agradecer à SPM e a todas as pessoas, às técnicas, às subsecretárias e aos profissionais que aqui estão, mas também de informar a todas as pessoas que compõem a CPMI, as Deputadas, os Deputados, os Senadores e as Senadoras, que esta audiência pública de hoje inaugura uma série de audiências públicas que iremos fazer aqui no Senado, no Congresso Nacional e também nos Estados. Então, vocês receberão, depois, através da nossa secretaria, a secretaria da CPMI, o cronograma de reuniões.

Portanto, a partir da próxima semana, todas as terças e quintas, às 14 horas, praticamente todas as semanas, nós teremos audiências públicas aqui, intercalando com audiências públicas nos Estados. Então, acho que a agenda de cada um e de cada uma deverá ser construída de tal modo que possamos priorizar esses momentos aqui, para que tenhamos quórum, tenhamos a presença qualificada das pessoas que compõem a CPMI.

Então, eu comunico que terça-feira, às 14 horas, nós teremos aqui uma audiência pública para discutir o direito das mulheres em situação de violência. E aí tem uma série de convidados. Na quinta-feira, da mesma forma, dia 29. No dia 10 de abril, outra audiência pública; no dia 12 de abril, outra audiência pública aqui; dia 17 de abril e dia 26 de abril.

Nos Estados – e aqui quero fazer uma observação importante: nós já definimos algumas datas, de acordo com o nosso plano de trabalho, de ida aos Estados. Essas datas estão sendo planejadas em comum acordo com as Parlamentares tanto da Câmara quanto do Senado.

Então, é importante que as Deputadas, de acordo com o plano de trabalho, que desejem que a CPMI vá ao seu Estado, apresentem uma sugestão de data para que possamos ajustar o nosso cronograma.

O Oscar, que é o nosso Secretário, é a pessoa de referência para acolher as sugestões de datas. Já temos confirmada uma diligência aqui no entorno de Brasília, considerando também o nível de violência que tem acontecido nessas cidades. Recebemos a informa-

ção de que de sábado para cá duas mulheres foram assassinadas. Hoje, pela manhã, quem assistiu o Bom Dia DF pôde presenciar e ter a informação de mais uma mulher assassinada. Então, nós consideramos importante por ser mais próximo e por ser uma demanda já posta, que esta CPMI já atenda imediatamente.

Também já temos data prevista para o Estado de Pernambuco, para o Estado da Bahia, para o Estado de São Paulo, para o Estado de Minas Gerais e para o Estado do Espírito Santo. Essas já foram articuladas e consensuadas com as Parlamentares e os Parlamentares. Nos demais Estados, vão-se construindo conjuntamente outras datas, porque entendemos que a ida da CPMI para os Estados tem que ser construída de forma efetiva nos Estados.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Senadora, a Paraíba ficou para qual data, por favor?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Carmen, a Paraíba nós estamos programando para as próximas semanas. Mas vamos avaliar essa data para que possamos depois informar a V. Exª. Está bem?

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Consideramos que a ida da CPMI para os Estados tem que ser bem preparada pelos gestores locais, pelos movimentos de mulheres dos nossos Estados, pelas nossas Parlamentares, pelos nossos Parlamentares. Então é importante que quem compõe a CPMI articule muito bem nos seus respectivos Estados, informando, visitando as entidades, porque a nossa ida vai ser formal, no dia de visitar o governador, o Presidente do Tribunal de Justiça, mas o processo de preparação para a chegada da CPMI tem que acontecer com antecedência. Então, os Parlamentares, de um modo geral, têm esse papel fundamental na articulação.

Então esse é o pedido, é o apelo que fazemos a todos e a todas, a fim de que possamos alcançar os resultados que nós desejamos. Tudo vai depender da nossa mobilização e da nossa organização. Em princípio é isso.

Quero agradecer muito a contribuição de vocês. E estamos abertos para receber sugestões e propostas para o melhor andamento destes trabalhos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Obrigada a todas e a todos que compareceram.

Encerramos esta reunião, convocando a próxima audiência pública para o dia 27 de março, às 14 horas, neste mesmo local. – Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 27 de março de 2012, às catorze horas e quarenta e três minutos, na Sala nº 02 da ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**, **Marta Suplicy (PT/SP)** e **Ângela Portela (PT/RR)**; do Senhor Senador: **Humberto Costa (PT/PE)**; das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Carlem Zanutto (PPS/SC)**, **Marinha Raupp (PMDB/RO)**, **Dalva Figueiredo (PT/AP)**, **Elcione Barbalho (PMDB/PA)**, **Flávia Moraes (PDT/GO)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**; e do Senhor Deputado: **Dr. Rosinha (PT/PR)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Lídice da Mata (PSB/BA)**, **Ivonete Dantas (PMDB/RN)**, **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**; e o Senhor Deputado: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Esteve presente, também, a Deputada não membro da comissão Janete Rocha Pietá (PT-SP). Na oportunidade foi realizada oitiva das Senhoras: Meire Lucia Monteiro Mota Coelho, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Sonia Coelho Gomes Orellana, Representante da Marcha Mundial de Mulheres, e Ana Carolina Barbosa, Representante da União Brasileira de Mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Eu queria registrar aos presentes, sobretudo aos convidados, que, neste período do horário do almoço, realiza-se um encontro da bancada feminina com a Ministra Eleonora Menucucci, da qual vários membros desta Comissão estão participando. Com certeza, eles chegarão posteriormente.

Então, conforme a convocação, passaremos a realizar a presente reunião que se destina a uma audiência pública para tratar dos objetivos da CPMI com os seguintes convidados: a Drª Meire Lúcia Gomes

Monteiro Mota Coelho, representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil – queira sentar-se, Dr^a Meire; a Sr^a Sônia Coelho Gomes Orellana, representante da Marcha Mundial das Mulheres, que gostaríamos de convidar para se sentar conosco; a Sr^a Ana Carolina Barbosa, representante da União Brasileira de Mulheres.

Pergunto à nossa relatora se gostaria de usar da palavra na abertura dos trabalhos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nossa representante da Marcha. *(Pausa.)*

Nossa representante da UBM. *(Pausa.)*

Esta audiência se destina a tratar dos direitos das mulheres em situação de violência. Cada convidada disporá de até 15 minutos para sua exposição. Nós solicitamos a cada uma que anexe aos Anais da Secretaria um documento que, por acaso, fosse mais extenso para que pudesse subsidiar os trabalhos da relatoria. Muitas vezes, o tempo de duração da exposição é limitado em relação à dimensão do tema, mas, com certeza, ao anexar o seu pronunciamento aos Anais da Casa, podemos ter oportunidade de ver, em toda a largueza, o depoimento de cada um.

Com a palavra a Dr^a Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que disporá de até quinze minutos para sua exposição.

A SR^a MEIRE LÚCIA GOMES MONTEIRO MOTA COELHO – Boa tarde.

Exm^a Sr^a Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; Exm^a Sr^a Senadora Ana Rita, ilustre relatora desta Comissão; demais presentes à mesa; Sr^{as} e Srs. Parlamentares presentes; ilustríssimas senhoras e senhores; eu sou conselheira federal da Ordem dos Advogados pela OAB do Distrito Federal. Eu estou aqui representando o Dr. Ophir Cavalcante, Presidente do Conselho Federal da OAB, com o objetivo de contribuir com esta respeitável Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no sentido de investigar a situação de violência contra a mulher no País, bem como as denúncias de possível omissão do Poder Público na aplicação de dispositivos legais relativos à violência contra a mulher.

Vivemos um interessante período marcado por complexas contradições. Ao tempo que presenciamos o aumento significativo da presença feminina, seja no mercado de trabalho, na área acadêmica, e vejamos com naturalidade a atuação de Ministras na Suprema Corte e mesmo de uma Presidente da República, percebemos que as mulheres ainda têm a sua atuação permeada por questões históricas que culminam, mui-

tas vezes, em situações de declarada discriminação e até violência.

A trajetória não apenas dos direitos das mulheres, mas de sua evolução na sociedade e no mercado de trabalho, tem se desenvolvido paulatinamente, seja através de notórios movimentos organizados, seja através silenciosas conquistas individuais, seja através de legislação específica, seja através do amplo debate sobre suas prerrogativas, seja através da atuação do Parlamento, como é o exemplo desta CPMI.

O reconhecimento da mulher no espaço social é inquestionável e sua ascensão a esse espaço de decisão já é algo que ocorre há pelo menos duas décadas, sendo o ápice dessa ampliação no Brasil - podemos citar - a eleição da primeira Presidente Dilma Rouseff. A composição do primeiro escalão do próprio Governo é também reflexo positivo desse crescimento e certamente contribui ou pode contribuir para a reversão do fenômeno do domínio masculino em cargos de ponto, mesmo onde as mulheres são maioria.

Um exemplo desse fato é a pesquisa encomendada pela ONU que aponta que nas 500 maiores firmas do País, apenas 14% dos postos de direção são ocupados por mulheres.

Na seara dos atrasos, porém, ainda pende sobre nós a mancha da violência doméstica - por exemplo -, cujo combate ainda é travancado por fatores como a própria morosidade do Poder Judiciário, ao processar as ocorrências registradas por mulheres ameaçadas.

Recentemente, a ONU denunciou que uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência na América Latina e 16% delas já foram vítimas de algum tipo de constrangimento e abuso sexual alguma vez na vida.

No Brasil, de acordo com o Anuário das Mulheres Brasileiras de 2011, divulgado pela Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (Dieese), quatro entre cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Esses dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, realizado pelo IBGE, apontam que 43,1% das mulheres já foram vítimas de violência em sua própria residência, sendo que do total de mulheres agredidas, dentro e fora de seus lares, 25,9% foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges.

Em se tratando de uma das maiores democracias do mundo, de um país em admirável desenvolvimento econômico, jurídico, político e social, tais números revelam que apesar de registrarmos alguns avanços na seara dos direitos das mulheres, ainda pendem graves atrasos.

Para promover a segurança legal do gênero feminino, foram estabelecidos alguns marcos legislativo que aqui compilei:

A Constituição Federal de 1988 é, sem dúvida, um dos mais importantes marcos, porque previu a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Além das mesmas obrigações, proibiu ainda a diferença de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

A Lei nº 10.224, de 2001, definiu o crime de assédio sexual, também um importante avanço.

A Lei nº 10.778, de 2003, estabeleceu a notificação compulsória para os casos de violência contra a mulher registrados junto aos serviços de saúde, públicos ou privados, em todo o território nacional;

A Lei nº 11.340, muito importante, sem dúvida, a chamada Lei Maria da Penha, se constitui como esforço Legislativo mais inciso no combate às diferentes violências praticadas contra a mulher.

No campo do Judiciário, a Recomendação nº 9 do CNJ, de 2007, sugeriu aos Tribunais de Justiça de todo o País que promovessem a criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e a adoção de outras medidas, como a ampla divulgação das mudanças trazidas pela lei e a capacitação multidisciplinar em direitos humanos e violência de gêneros aos operadores do Direito, preferencialmente aos magistrados.

Nessa seara dos marcos legais, a Lei Maria da Penha, que veio criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo também sobre a criação de juizados de violência doméstica e familiar, alterou o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e estabeleceu medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Indubitavelmente, estabeleceu-se como louvável disposição legislativa, apreciada, inclusive, por outros países como uma das mais avançadas leis. Infelizmente, como sugere a própria instauração desta douta Comissão, os indícios apontam para a falha da prestação estatal no que se refere à execução prática das disposições legais relativas não apenas ao combate à violência contra a mulher, mas ao seu estabelecimento isonômico equiparado e paritário dentro da sociedade brasileira. É o próprio Estado, por exemplo, o responsável pela delonga no processamento de denúncias de violência, haja vista a morosidade do Judiciário, que resulta no acúmulo de processos dessa natureza aguardando avaliação e decisão judicial.

A Ordem dos Advogados do Brasil, na condição de entidade norteada pela defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, dos

direitos humanos e da justiça social, pela boa aplicação das leis e pelo aperfeiçoamento das instituições jurídicas, tem se mostrado figura importante às medidas jurídicas aplicadas em prol das mulheres. Em praticamente todas as seccionais da OAB em todo o Brasil, existe uma Comissão de Direitos da Mulher.

Recentemente, a Lei Maria da Penha teve sua constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, através da ADI nº 4.424 e da ADC nº 19, nos quais o Conselho Federal da OAB atuou na condição de *amicus curiae* pela sua atuação em defesa da cidadania, interferindo assistencialmente na argumentação de que essa norma vem mitigar a realidade da discriminação social e cultural, que, enquanto existente no País, legitima a adoção de legislação compensatória, chamada também de ação afirmativa, como forma de promover a igualdade material sem prejuízo aos direitos alheios.

Tal medida foi impulsionada pela Advocacia-Geral da União, que ingressou com ação com o objetivo de lançar luz sobre possíveis dúvidas e rechaçar definitivamente as negligências já registradas, uma vez que muitos magistrados e tribunais afastaram a aplicação da Lei Maria da Penha alegando possível inconstitucionalidade. A participação da OAB nessa ação também fortaleceu a posição da sociedade civil organizada, a qual se faz essencial para o debate sobre possíveis falhas do poder público na aplicação dos dispositivos legais de proteção à mulher.

Em outra grande iniciativa, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.224, ajuizada pelo Procurador-Geral da República Roberto Gurgel contra a aplicação dos dispositivos da Lei Maria da Penha foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal. A argumentação defendeu que todos os atos de violência praticados contra a mulher no ambiente familiar devem permanecer na esfera da Lei Maria da Penha e não na da Lei nº 9.099, de 1995, que instituiu a criação dos juizados especiais criminais.

De acordo com a referida lei, nos crimes de lesão corporal leve deveria haver representação da vítima para que houvesse persecução penal. Entretanto, desencorajadas pelos resultados de conciliação pelos familiares e até pelos próprios servidores do Estado responsáveis pela recepção das denúncias, muitas vítimas deixam de representar contra seus agressores. Com o julgamento favorável da ADI, o Ministério Público agora pode propor ação penal pública sem necessidade de representação da vítima, o que se constitui um marco no combate à violência contra a mulher e medida de grande agilidade ao trâmite de ações judiciais.

Destaca-se da argumentação do Procurador que a interpretação que condiciona a representação ao iní-

cio da ação penal relativa ao crime de lesões corporais leves praticado no ambiente doméstico, apesar de não incidir em discriminação direta, acaba por gerar efeitos nocivos às vítimas. Os amplamente divulgados casos, como o da Procuradora Ana Alice de Melo, assassinada pelo marido após ter registrado a ocorrência de ameaça, e o da estudante de Direito, aqui em Brasília, Suênia Sousa, que também já havia registrado ocorrência de ameaça contra seu assassino, seu professor da faculdade, com quem havia se engajado em breve relacionamento, também comprovam a necessidade de ajustes não apenas do texto legal em si, mas da atuação estatal, já que nesses casos a morosidade do Judiciário ou do aparelho judicial ou do nosso sistema criminal se tornou fator de entrave ao combate efetivo da violência contra ambas as mulheres.

No ânimo de readequar o texto legal e sanar possíveis falhas, posso citar aqui o projeto da Senadora Lúcia Vânia, o PLS nº 37, de 2010, que propõe alterar o art. 10 do Código de Processo Penal, e o art. 12 da Lei 11.340, Lei Maria da Penha, para determinar o prazo máximo de 48 horas para a conclusão e envio de inquérito policial – acho que a aprovação dessa lei é fundamental para dar efetividade às medidas legislativas – no caso da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com a justificativa elaborada pela Senadora, a concessão de medidas protetivas visa acelerar a solução dos problemas da mulher agredida, servindo como meio de garantia dos seus direitos.

A atuação da autoridade policial consiste em prestar o atendimento preliminar em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, devendo adotar as providências pertinentes de polícia judiciária, bem como viabilizar a remessa do pedido das medidas protetivas de urgência pela vítima em expediente apartado ao Poder Judiciário. Sendo assim, a delegada de polícia tem que acelerar a concessão dessas medidas.

Outro projeto apresentado pelo Deputado Marçal Filho vem sanar a disparidade salarial entre homens e mulheres, a qual atualmente contribui com a fragilização e a dependência da mulher trabalhadora, através de aplicação de multa ao empregador que discriminar a mulher, com remuneração inferior para cargos e posições idênticas.

O Deputado afirmou que, diante da realidade do último censo do IBGE em 2010, quando ficou apurado que as mulheres estavam recebendo cerca de 70% do valor do salário de um homem e que, ainda pior, essa desigualdade se repete em todas as regiões do Brasil, não há dúvida de que a Presidenta sancionará a lei.

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

A SRª MEIRE LÚCIA GOMES MONTEIRO MOTA

COELHO – No Distrito Federal, a OAB celebrou recentemente – concluirei em dois minutos – a renovação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assinado pelo Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça, Ministério Público e pela Defensoria Pública, no sentido de reforçar e atualizar as ações legais contra as mulheres.

Para finalizar, relato aqui as principais medidas de combate e as sugestões feitas pela Drª Maria Claudia Azevedo de Araujo, nossa Presidente da Comissão da Mulher, que, na sua experiência, aponta o seguinte:

- preparação dos juízes para atender aplicação da Lei Maria da Penha. Eles deveriam receber treinamento para lidar com esse tipo de processo; ter uma equipe multidisciplinar – como está previsto na lei – à disposição das varas de violência contra a mulher. Os próprios juízes reclamam da falta de apoio nos tribunais para atender as mulheres;

- criação de programas do Governo Federal para orientar e capacitar as mulheres que recebem medidas protetivas, afastam-se do lar e não têm mais o homem como mantenedor da casa e precisam trabalhar, às vezes, sem ter uma profissão;

- preparação dos policiais que não têm a menor paciência e não conhecem os problemas específicos que tratam a Lei Maria da Penha. As mulheres ficam com medo e não se sentem amparadas em denunciar o agressor;

- melhores condições nas casas de abrigo, tendo inclusive cursos para a capacitação das vítimas;

- e melhor aplicação e divulgação das leis.

Obrigada pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Drª Meire.

Queria só esclarecer aos expositores e às expositoras que esse sinal é automático. Sempre que ele toca, damos um pouco mais de tempo, mas ele é menos discreto que o da Câmara.

Eu queria agradecer...

Vou agora cuidar um pouco e passar um papel avisando antes do...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Na Câmara seria bom para nós.

Nós queremos agradecer, Drª Meire. Com certeza, as suas observações estarão disponibilizadas na página da Secretaria.

Passo a palavra para a Sr^a Sonia Coelho Gomes Orellana, representante da Marcha Mundial de Mulheres.

A SR^a SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA

– Boa tarde.

Cumprimento a Presidente desta CPMI, Jô Moraes, e a Ana Rita, Senadora, pela importância desta CPI no combate à violência contra as mulheres.

A Marcha Mundial das Mulheres se soma, nesta CPMI, para expressar nossa indignação frente à persistência e crueldade da violência contra as mulheres e a falta de empenho e compromisso e omissão dos governos dos Estados e órgãos competentes para reverter essa situação.

A violência contra a mulher é a maior expressão das desigualdades vividas entre homens e mulheres na sociedade. A raiz dessa violência está no sistema capitalista patriarcal e racista, que impõe a necessidade de controle, apropriação e exploração do nosso corpo, nossa vida e nossa sexualidade.

A violência contra a mulher no Brasil marca o cotidiano de milhares de mulheres. A Fundação Perseu Abramo, em 2010, revelou que, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil. Hoje, outras formas de expressão do machismo e misoginia têm se intensificado, como a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, com a imposição de padrões estéticos de beleza baseados na magreza e na eterna juventude. Essa imposição mina o amor próprio das mulheres e cria ojeriza àquelas que estão fora dos padrões, justificando a violência.

Entre os exemplos recentes que causaram indignação está o rodeio das gordas, promovido pelos alunos da Unesp São Paulo, em que meninas, na visão dos alunos, que estavam fora dos padrões de peso foram montadas, como acontece nos rodeios. Esses estudantes inauguraram uma nova forma de violência contra a mulher: se as mulheres não são objetos, têm que ser animais.

A violência se intensifica quando aliada ao racismo, que tem feito das jovens, principalmente as negras, as maiores vítimas do tráfico de mulheres e do aliciamento à prostituição.

O machismo e a misoginia matam no Brasil. Os crimes de ódio e a banalização da violência têm sido uma triste marca no último período. O assassinato de Eliza Samudio em Minas Gerais e de Márcia Nakashima em Guarulhos são exemplos que assustam mais ainda pelo seu nível de crueldade e banalização da violência.

A morte da adolescente Eloá em Santo André, São Paulo, sequestrada e assassinada foi televisivada como espetáculo e demonstrou a permanência de valores retrógrados, mas também o despreparo da

polícia de São Paulo para por fim àquele sequestro, permitindo que aquela vida fosse salva.

O crime de estupro coletivo como presente de aniversário como o que ocorreu em Queimadas e já relatado nesta CPMI é um episódio revoltante e não encontramos em nosso vocabulário uma palavra capaz de traduzi-lo. As mulheres ali perderam a sua condição de seres humanos.

A cultura machista provoca morte e medo. A pesquisa do Instituto Sangari mostra que quatro mil mulheres são assassinadas todos os anos no Brasil. Não é sem motivo que as mulheres revelam na pesquisa Ipsos e Avon, em 2011, que o medo de ser morta é um dos principais motivos que levam as vítimas a não romper com a violência. E mesmo aqui no Senado, a pesquisa aqui do Senado também mostrou que o medo continua sendo a principal razão de as mulheres não denunciarem os seus agressores, porque elas têm a certeza de que, muitas vezes, o que as espera é a morte.

A violência contra as mulheres é estrutural. Portanto, os governos, os Estados e governos têm um papel central e contundente para combatê-la. Já faz quatro décadas que o movimento feminista brasileiro tem lutado para que a violência sexista seja compreendida como um problema político, fundado nas relações de poder entre homens e mulheres.

A criação da Lei Maria da Penha contribuiu para desnaturalizar essa violência, mas o grande desafio, após mais de cinco anos da Lei, é implementá-la na prática em todas as suas dimensões. Os obstáculos estão fundados na omissão dos governos que, somado ao machismo, impregnado no sistema judiciário, secretarias de segurança e órgãos afins, contribuem para que a Lei Maria da Penha não seja aplicada na sua integralidade.

A pesquisa do Instituto Ipsos revela que 52% das entrevistadas acham que juízes e policiais desqualificam o problema da violência contra a mulher, continuam tratando como um problema pequeno, que cada uma tem que resolver, resolver na sua família, ou seja, o problema não é assumido como uma obrigação do Estado.

A omissão dos Estados na construção de políticas públicas para o enfrentamento à violência é o principal desafio que nós temos que enfrentar.

O Brasil lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência, mas a gente viu o grande problema. Muitos Estados tiveram dificuldade para assinar o Pacto. O Rio Grande do Sul assinou em 2011. São Paulo só assinou este Pacto depois de muita mobilização e briga dos movimentos de mulheres.

Os serviços que a SPM já disponibiliza e que hoje existem no País estão distribuídos em 190 centros de

referência, 72 casas-abrigos, 466 delegacias, 93 juizados especializados, 57 defensorias, 21 promotorias especializadas. Pensando num País em que temos mais de 5.560 municípios, como é possível se ter esse número ínfimo de equipamentos para tratar a violência para com uma população feminina de 97 milhões que somos? Ainda há mais um problema: a maioria desses equipamentos está nas capitais. O campo e o interior ficam totalmente desguarnecidos. Nas delegacias, onde estão a maior parte dos equipamentos existentes no País, falta investimento, faltam profissionais. Muitas vezes as mulheres são desestimuladas quando chegam a essas delegacias para fazer a denúncia. Elas continuam sendo tratadas como um problema de menor relevância. Um exemplo foi o que aconteceu no Vale do Ribeira, uma região de São Paulo que tem 22 Municípios e só uma delegacia da mulher.

No dia 26 de novembro, Maria da Conceição Silva foi assassinada pelo marido em Sete Barras. Um caso típico de descaso. Ela foi e fez a denúncia. A delegacia pediu que ela fosse procurar o fórum. A sua sogra, no dia 26, foi, na parte da manhã, à delegacia e falou: “Prenda meu filho porque ele vai matar a sua esposa.” Eles disseram que, quando ele invadissem a casa, aí, sim, tinha papel e a polícia podia ser chamada. À tarde, ele pulou o muro e assassinou a mulher dentro de casa. A vida desta mulher poderia ter sido salva se a polícia tivesse feito algo.

Os centros de referência são os principais equipamentos para promover o combate à violência e para a prevenção da violência contra a mulher, mas ainda há um número pequeno no Brasil. Temos Estados, como Roraima e Piauí, por exemplo, que não têm nenhum centro de referência. Mesmo em Estados como Minas Gerais, São Paulo, por exemplo, o número de centros de referência é bastante insignificante pelo número de Municípios, e a maioria deles funciona e foi construído com verbas federais, do Pacto, porque o Estado não coloca orçamento para construção desses equipamentos.

Se a gente for olhar, a Região Norte do Brasil é uma das regiões mais descobertas. A gente tem que ter um olhar para esta região. Estados como Roraima têm um grande número de mulheres indígenas, que frequentemente também têm denunciado a violência que as mulheres indígenas sofrem. Esses Estados têm que garantir que as mulheres indígenas e da floresta possam ter políticas em consonância com a sua cultura, de forma a desmistificar a violência contra a mulher e ter apoio para construir, desde sua realidade e sua cultura, modos de prevenção e combate à violência que elas também estão sofrendo.

Outros serviços importantes que têm propagado no Brasil são a construção dos Cras e Creas, mas esses serviços não substituem os Centros de Referência da Mulher e têm atendido numa visão familista, numa visão de não ver a mulher ainda como um sujeito importante de direitos.

Os juizados especiais, ainda que sejam equipamentos fundamentais para fazer valer a Lei Maria da Penha, ainda são construídos em número muito pequeno no Brasil, faltando equipes multiprofissionais. Muitos Estados alegam que não têm condições. São Paulo é um Estado rico e, muitas vezes, alega que não tem condições de construir juizados especiais, porque lhe faltam recursos para pagar profissionais. Estados como Sergipe, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso do Sul ainda não possuem juizados.

As Casas abrigo também, que são um equipamento de política pública importante para garantir a vida das mulheres que correm risco, ainda são muito insignificantes para a necessidade dos Estados brasileiros. Estados como Amazonas, Roraima, Tocantins, Alagoas, Bahia, Piauí e mesmo Distrito Federal possuem apenas uma casa, quantidade insuficiente para proteger a vida daquelas que são ameaçadas. Ainda faltam, em grandes cidades, por exemplo, casas de passagem para emergência. São Paulo é um Estado que não tem uma única casa de passagem. Se a mulher tem um problema à noite, ela não tem para onde ir.

Outro problema que a gente enfrenta, que as escolas não assumiram, o Ministério da Educação e as secretarias de educação, é ter o destaque nos currículos escolares que trate da questão do racismo, do sexismo, da homofobia e da lesbofobia. A gente sabe que a escola é um agente importante de socialização. Portanto, é fundamental que a gente tenha na escola, em todos os níveis de ensino, desde o ensino infantil, esse conteúdo já colocado, como uma forma, inclusive, de prevenir para que os meninos não sejam educados como se a violência fosse parte da sua masculinidade.

O acesso à justiça é outro problema grande para a maioria das mulheres, especialmente as mulheres negras. A gente tem visto no Brasil a dificuldade das defensorias públicas, a falta de defensores e defensoras públicas para atender às mulheres.

Outro problema é no sistema de saúde. Nós queremos que o SUS, nos Estados, tenha organizado serviços para atender as mulheres, que ainda são muito poucos. Há muitos Municípios no Brasil que ainda não têm assumido a notificação compulsória.

Outra dificuldade é em relação às mulheres que sofrem violência e são dependentes químicas ou pacientes psiquiátricas. Elas têm muita dificuldade de ter atendimento específico.

Em relação também ao atendimento ao aborto legal, a gente está vendo o número de estupros crescer no Brasil, no Rio de Janeiro, aqui, em Brasília, ao passo que o aborto legal, que atende os casos de mulheres grávidas por violência, está sendo, em alguns Estados, esvaziado, como é o caso de São Paulo, que tem o primeiro serviço de aborto legal, que é o Jabaquara, e está sendo totalmente esvaziado no seu serviço. Essa é uma questão que temos que olhar também no Brasil, porque é descaso dos governos.

O Governo Federal e os Estados brasileiros precisam tratar de forma integral a questão da violência contra a mulher com políticas articuladas. Nós temos que ter políticas em todos os âmbitos de governo, seja política de trabalho, seja para construir autonomia econômica, seja política de habitação para que as mulheres possam ter acesso à moradia. Nós precisamos construir organismos de políticas para as mulheres em todos os Estados, que eles tenham recursos para fazer as políticas em relação às mulheres.

É preciso também fazer a socialização do trabalho doméstico. As mulheres, como já foi falado, são responsáveis por todo o trabalho com crianças, com idosos. Isso dificulta a sua vida, sobrecarrega. É importante que esse trabalho seja socializado na sociedade.

Nós precisamos também ter controle social sobre o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência: como os Estados estão gastando os recursos, por que a maioria dos nossos Estados não tem orçamento. Eu posso citar o Estado de São Paulo: você procura no PPA, e não existe recurso para a implementação da Lei Maria da Penha, para combate da violência contra a mulher. É impossível você combater, enfrentar a violência contra a mulher, neste País, se você não tiver orçamento próprio, se os governos não tiverem orçamento para isso. Nós precisamos ter fundos públicos com verbas direcionadas para isso. Não se vai combater a violência apenas falando. Senão, daqui a dez anos, se não tiver orçamento, nós vamos voltar aqui e vamos contar as mesmas histórias, porque nós já contamos essa história numa CPI que já teve aqui há muitos anos.

Por fim, para terminar, não tem como. O Brasil, os nossos Estados precisam implementar campanhas educativas permanentes sobre a violência contra a mulher, que atinjam os mais diferentes grupos sociais, que tenham como foco munir as mulheres de informação, além de campanhas direcionadas aos agressores que atuem no constrangimento social em relação à violência contra a mulher. Precisamos envolver o conjunto da sociedade para que se indigne, não aceite e não justifique a violência contra a mulher.

Nós acreditamos, profundamente, que a Lei Maria da Penha tem que ser implementada nos seus aspectos preventivos. É fundamental o aspecto punitivo sim, porque a impunidade é o que dá certeza aos agressores de que eles podem continuar agredindo. Queremos uma sociedade sem violência. Não queremos construir mais delegacias. Nós queremos que não haja mulheres espancadas, não haja mulheres agredidas para precisar de delegacias. Então, nós queremos uma política de prevenção e de educação no Brasil.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos à nossa representante da Marcha Mundial das Mulheres.

Agradecemos e convidamos para sentar também à frente a Associação de Homens contra a Violência à Mulher. Logo após a exposição da última palestrante, a Deputada Keiko vai ter a oportunidade de se pronunciar e apresentar essa importante organização que contribui para a nossa luta. Desde já, agradecemos a presença de todos os membros da Associação de Homens contra a Violência à mulher.

Passamos a palavra à representante da União Brasileira de Mulheres, Ana Carolina, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

A SRª ANA CAROLINA BARBOSA – Boa tarde.

Eu gostaria de agradecer o convite, primeiramente, e saudar esta reunião e a todos os envolvidos e envolvidas no trabalho aqui desta CPMI, na pessoa da Deputada Jô Moraes, principalmente porque a gente se orgulha muito da trajetória da Jô, que foi a primeira presidente da União Brasileira de Mulheres. Saúdo também a Deputada Marina, que é nossa parceira incansável lá em Goiás, com a luta das mulheres.

Nós, da UBM, temos a opinião de que os trabalhos desta CPMI vão se somar ao esforço histórico do movimento feminista de visibilizar e tornar pública a questão da violência contra a mulher, sendo instrumento importante para o enfrentamento permanente desse problema que tem adoecido e ferido tanto o corpo quanto a alma das mulheres.

De acordo com os levantamentos e os pronunciamentos que temos acompanhado, esta CPMI vem levantando, com base em dados dos programas e das políticas, que de 1998 a 2008 42 mil mulheres foram assassinadas no Brasil e que em quatro anos o número de denúncias do Disk 180, esse serviço que muito nos ajuda, inclusive profissionalmente, na orientação dos casos, cresceu 16 vezes.

A esses dados vão se somar também outros que apontam, dentre outros tipos, que as ameaças e as lesões corporais somam juntas cerca de 70% das denúncias do Disk 180, sendo também que das mulheres

que procuram esse serviço 72,1% ainda convivem com os agressores diariamente. Isso nos leva a acreditar que, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista social e coletivo, a violência contra a mulher externa as raízes da dominação imposta às mulheres em suas relações sociais e culturais. Revela também o caráter cruel da opressão de classes, sendo sintoma da desigual distribuição de poder na sociedade e também funciona como instrumento, contraditoriamente ou não, da manutenção dessa desigualdade de gênero ao longo do tempo.

Avaliando o que temos hoje de políticas públicas específicas e de garantias afirmadas de nossos direitos, vamos ver que ainda falta muita ação estatal, tanto dos poderes quanto das esferas de distribuição desses poderes Brasil afora. E mais, que, em alguns casos, o Estado acaba cumprindo o papel de violador dos direitos das mulheres, assim como os agressores.

Por mais que tenhamos um pacto de enfrentamento à violência e que tenhamos compromissos internacionais a cumprir por imposição das nossas convenções e das leis, essas garantias ainda não se materializaram na vida das mulheres. Se submetermos as políticas públicas a uma avaliação criteriosa, perceberemos o contexto de inexistência ou de desestruturação dos instrumentos fundamentais, como a varas especializadas, as defensorias, as delegacias, as casas-abrigo, enfim, toda a rede de proteção de que as mulheres precisam e dos serviços que vão tirá-las da situação de violência, ou seja, dessa situação de adoecimento para que viva a integralidade de direitos, como é o que a gente sempre defende.

Bom. Seguimos afirmando isso. Quando falta esse tipo de questão, o Estado está violando os direitos das mulheres, seja pela ação, seja pela omissão. Como a companheira da Marcha Mundial falou aqui, a gente não cansa de lembrar esse problema concreto do orçamento, que acaba atingindo em cheio as políticas de atendimento e aí, novamente, por uma ação de negação desses direitos, as mulheres têm seus direitos violados.

Por meio de um projeto que a União Brasileira de Mulheres tem com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, nós aplicamos nacionalmente um questionário que ouviu 474 mulheres que são dentre usuárias ou não desse sistema de aplicação das políticas públicas e 190 gestores dessas políticas de atendimento a mulheres em situação de violência. Os resultados apontam muito desconhecimento das mulheres com relação aos instrumentos protetores da política de enfrentamento à violência contra a mulher. Setenta e seis por cento das entrevistadas não conhecem as varas adaptadas, que são de competência da Lei Maria da Penha; 71%

não conhecem os serviços de abrigo, casa de passagem e tudo mais que entra nesse sentido; 72% não sabem o que é um centro de referência; 67% não conhecem uma defensoria pública; 58% nem sabem onde fica o juizado especial de violência doméstica e familiar; 56% não ouviram falar o que é uma casa-abrigo; 52% não conhecem os Centros de Referência de Assistência Social, os famosos CRAs, que ajudam bastante na política de enfrentamento à violência; 32% não conhecem nem sabem onde ficam as delegacias especializadas; e 33% desconhecem os benefícios da Bolsa Família.

Essa é a condição das mulheres no Brasil hoje. Esse é um universo de amostragem, mas ele aponta bem o tamanho do desafio, pois a legislação existente ainda exige um elevado grau de protagonismo da vítima. É lá no Judiciário, como a gente conversa, e na delegacia, que existem, inclusive, as barreiras de linguagem. Tanto o juiz quanto o delegado vão te perguntar: “Minha amiga, e aí? Você quer as medidas protetivas?” E a vítima não vai saber o que são medidas protetivas, porque tem uma questão de vulnerabilidade do momento que a pessoa está passando e uma questão efetiva de conhecimento de direitos que a gente, às vezes, menospreza na população brasileira. Ainda não temos concretizado o acesso universal à Justiça. Essa é uma pauta de luta longa para a gente.

Nessa pesquisa, do ponto de vista dos gestores e gestoras, o que mais se destaca é o baixo nível de formação específica na operação da política. Nacionalmente, não ultrapassam 30% os gestores que tiveram a capacitação específica para lidar com o atendimento à vítima e com a mulher em situação de violência.

Por outro lado, acho que é importante também puxar uma reflexão de fundo, no que tange à naturalização e à aceitação da violência contra a mulher, que é o fato de ainda permanecer entre nós, na sociedade brasileira, uma visão míope e misógina de que os crimes cometidos contra as mulheres são crimes passionais, ou seja, são plenamente justificáveis pelas ações do amor monogâmico, opressivo e castrador.

Ora, mais do que nunca, é atual a bandeira de que, quem ama não mata, não humilha, não maltrata, fora essas afirmativas e essas reivindicações que, historicamente, a gente tem, que foram todas renovadas nos movimentos, no ano passado, com a eclosão das várias Marchas das Vadias, nos Estados.

Os números e impactos sociais da violência contra a mulher no Brasil atestam que estamos diante de um quadro crônico e grave de feminicídio, que é uma categoria feminista, antropológica e jurídica também, criada para englobar o que há de comum na agressão e morte das mulheres, pelo simples e único fato

de serem mulheres, evidenciando o impacto político da igualdade de gêneros.

A realidade é ilustrativa nesse sentido. Basta citarmos a série de estupros acontecidos aqui no DF, o caso da jovem Eloá, o caso da publicitária Poliana Arruda Borges, que é um caso ilustrativo que aconteceu em Goiânia, o caso da menina Raquel Genofre, em Curitiba.

O que há de comum entre esses casos, gente? É que todos são marcados pelo desleixo público com a condução das investigações. Não há a preservação de provas, não há preservação dos direitos das vítimas. E mais: há um processo de culpabilização da vítima, ou seja, de responsabilização da vítima pela violência.

Em nossa opinião, fazer a leitura correta disso deve implicar, em alguma medida, a responsabilização concreta dos agentes estatais que atuam nisso. Porque não dá mais para a gente seguir aceitando que ainda, na nossa sociedade, a condução dos processos e as investigações continuem culpabilizando a vítima pela violência.

Quero destacar também o impacto da leitura de mídia, que a gente tem que fazer. A OBM também tem um projeto que visa exatamente fortalecer o protagonismo das mulheres nessa questão de como avaliar a repercussão da violência na mídia, porque, não raras vezes, as coberturas com relação à violência têm um caráter novelístico. Os casos que citei acima, agora, retratam bem isso.

Mas eu queria lembrar também o massacre das crianças em Realengo. Veja bem. Na oitiva de testemunhas, principalmente as crianças sobreviventes diziam: “Olha, nas meninas, o criminoso atirava para matar. Os meninos, ele só queria machucar.” Isso externa o caráter de ódio às mulheres contido na ação criminosa. Para a gente atentar para a injustiça disso, é só inverter da seguinte forma: nos negros, o criminoso atirava para matar; nos brancos, só para machucar. Trazer para nossa realidade do Brasil de hoje, nós temos a criminalização do crime de racismo, crime hediondo, crime de ódio. E foi muita luta para que a gente chegasse a essa situação de conseguir criminalizar essa conduta num país como o nosso. Só que, entre nós, o machismo continua matando todos os dias e permanece impune, subliminarmente ou escancaradamente. Esse é o cerne da luta que nós precisamos encampar e que a CPML tem muito a contribuir, em nossa opinião.

É fundamental que a gente siga sedimentando essa categoria do feminicídio, trazendo esse conceito para mais perto da realidade como orientador, por exemplo, das políticas públicas de enfrentamento à violência. Porque, se as políticas públicas de enfrentamento à violência cumprir seu papel, elas têm um

potencial aglutinador de desestruturação do machismo, que é isso o que a gente vem dizendo. A punição tem que ter um caráter, vamos dizer assim, de releitura da sociedade que nós queremos. Porque você viver numa desigualdade de direitos e tal em que você aniquila do outro a condição de sujeito e direitos não é condição para uma sociedade emancipada e para uma sociedade justa.

Então, a gente parabeniza mais uma vez e agradecemos aqui a oportunidade de participar, desejando que a CPML possa contribuir para que a gente chegue perto da construção de um mundo de igualdade e contra toda a opressão.

Esse é o lema da UBM e o recado que a gente queria dar.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos a representante da União Brasileira de Mulheres, que, como os demais, traz indicadores muito preocupantes.

Antes de passar a palavra à nossa Senadora, que fará alguns questionamentos aos expositores, nós gostaríamos, com a concordância dela, passar a palavra à Deputada Keiko, que vai nos apresentar a Associação de Homens contra a Violência à Mulher.

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP) – Eu gostaria de saudar todos os presentes, em especial a nossa Presidente Jô Moraes e a nossa Relatora Ana Rita, além de todos os convidados aqui presentes.

Semana passada, eu tive a felicidade de receber em meu gabinete os representantes da Associação de Homens contra a Violência à Mulher, que vieram externar seu apoio aos trabalhos desta CPML e dizer que a proteção dos direitos e da integridade física da mulher começa dentro de casa.

Essa é uma associação de homens que tem como objetivo conscientizar outros homens de que a mulher merece ser respeitadas e protegidas em todos os seus aspectos. Temos como missão mostrar para a sociedade que o homem não deve ter vergonha de dizer que ama a sua mulher e que ela não deve ser agredida, seja com palavras ou fisicamente.

A ideia dessa associação surgiu do caso concreto de homens que, quando crianças, presenciaram seus pais agredirem suas mães e que, hoje, se juntaram para dizer não a essa prática que, infelizmente, tem se tornado cada vez mais comum dentro dos lares do nosso País. São homens que não têm vergonha de vestir a camisa contra a violência e irem às ruas para lutar pelos direitos da mulher e que eu tive a honra e a imensa satisfação de convidá-los, por intermédio do seu Presidente Sanderson Brito e seu Vice-Presidente Gilson Amorim e os demais representantes, para vi-

rem aqui, hoje, mostrar que as mulheres não estão sozinhas nesta luta.

Parabéns à Associação de Homens contra a Violência à Mulher, e uma salva de palmas para eles. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos, mais uma vez, agradecer à Associação. Tenho certeza que esta será uma oportunidade para que possamos dar visibilidade ao trabalho de vocês. Que, em cada Estado do País, nós possamos também construir núcleos que nos ajudem nesse difícil desafio de garantir a impunidade numa relação de fraternidade com o trabalho nosso!

Com a palavra a nossa Senadora Ana Rita, Relatora dos trabalhos desta Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente, eu quero também aproveitar este momento para parabenizar a Associação de Homens Contra a Violência à Mulher e para dizer que é uma iniciativa importante que deve ser ampliada e multiplicada por este Brasil afora. De fato, precisamos construir uma sociedade que respeite todo ser humano e em especial a mulher, que é vítima de violência, que está morrendo a cada dia. Os homens precisam de fato se unir no sentido de contribuir na formação de uma nova mentalidade, de uma nova consciência, de uma nova postura e, assim, enfrentar a violência que se abate contra as mulheres, praticada pelos homens.

Então, parabéns para vocês. Parabéns pela iniciativa. Que vocês possam se somar a esta CPMI no sentido de ajudar a construir dias melhores para as mulheres.

É com este objetivo que estamos aqui: buscar construir políticas, debatendo os problemas e, a partir do que a CPMI vai levantando, propor alternativas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Quero também aproveitar o momento para agradecer a presença às nossas convidadas. Quero agradecer a presença à Drª Meire Lúcia, da OAB; agradecer a presença à Sonia Coelho, representando aqui a Marcha Mundial de Mulheres; à Ana Carolina, representando aqui a União Brasileira de Mulheres.

Vocês hoje nos trouxeram informações importantes, fazem uma análise da situação de violência da mulher no País, levantam uma série de questões e, mais do que isso, também levantam onde estão os problemas e já apontam, de certa forma, o que podemos fazer para superar esses problemas.

Quero agradecer a contribuição de vocês, que vai nos ajudar e muito na elaboração do nosso relatório.

Quero também aproveitar, antes de fazer algumas perguntas, quero também fazer um convite que

me foi deixado aqui, que é bom divulgar. Quem puder é importante participar.

A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher aqui do Distrito Federal está realizando uma atividade, um encontro que tem a finalidade de discutir a atuação policial e as diversas instâncias que agem no combate às agressões contra as mulheres, destacando a importância de uma visão integrativa no enfrentamento à violência de gênero. É um encontro que tem como tema: Violência Contra as Mulheres, Ações e Reflexões. Será nos dias 28 e 29 de março, agora, de 2012, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, auditório Águas Claras, aqui no Distrito Federal. Fica aqui o convite para quem puder não só para os parlamentares e as parlamentares, mas para todos que estão aqui e que nos acompanham pela TV Senado.

Eu gostaria, Drª Meire Lúcia, de fazer três perguntas para a senhora se for possível a senhora nos responder. Primeiro: eu estou fazendo essas perguntas diretamente para a OAB, porque a OAB está presente em todos os Estados e cumpre um papel fundamental e tem também, na sua organização, as comissões da mulher.

Então, a minha pergunta é: as comissões da mulher da OAB têm recebido denúncias por parte das mulheres, relatando dificuldade para registro dos crimes contra as mulheres? Há dados das comissões sobre essas denúncias?

Outra pergunta: nos casos de violência sexual, a OAB identificou alguma dificuldade para o registro da ocorrência ou para apuração dos fatos? Algum Estado especificamente apresenta problema maior

A última pergunta: com que problemas específicos os advogados e as advogadas se deparam no cumprimento da Lei Maria da Penha? Há defensores para as mulheres? O Ministério Público participa das audiências?

Gostaria, se possível, Drª Meire Lúcia, que a senhora nos respondesse essas questões. Por enquanto é só para a Srª Meire Lúcia.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos aproveitar a oportunidade e passar a palavra à Deputada Marina, que está inscrita, para que ela possa também fazer seus questionamentos. E os expositores responderão em conjunto as suas observações.

Demais Deputados que quiserem se pronunciar, registrem-se.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Bom, primeiro gostaria de saudar, parabenizar todas vocês, a Mesa, pelo trabalho que se inicia aqui na Comissão. Esta é a primeira audiência que está sendo realizada com presença tão qualificada, com representações,

de fato, importantes diante da experiência aqui demonstrada, dos dados, das reflexões e conceituação emitidos por cada uma de vocês.

Embora todas as três convidadas possam responder a mesma pergunta, permitam-me dirigir-me à minha amiga Ana Carolina, minha companheira, inclusive porque levantou essa questão do crime contra a mulher, no caso da violência doméstica, da violência direcionada à mulher, como nós temos, em outros campos, violência direcionada a quem luta por meio ambiente, como os camponeses, e assim por diante. Mas contra a mulher tem elementos especiais.

A Senadora Ana Rita acabou abordando esse assunto, uma parte dessa história que cabe, seja na prevenção, seja em momento posterior ao crime, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria.

Nesse caso, como os movimentos de mulheres percebem isso por todo o Brasil, pelas deficiências óbvias de cobertura desses dois elementos? E não estou nem falando das polícias – já foi citado aqui inclusive o número, a deficiência das delegacias etc. Quando o crime é cometido ou é comunicado, como agem as defensorias públicas? Quais são as deficiências que podem ser notadas? E em relação ao Ministério Público e também ao Poder Judiciário, qual parte lhes cabe que não é realizada?

Deixo a pergunta à Mesa e parabeno as nossas companheiras: Senadora Ana Rita e companheira Jô. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Deputada Marina.

Não havendo inscritos, vou também fazer o meu questionamento para depois passar a palavra às expositoras.

Dirijo-me à Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres. A nossa expositora colocou uma questão que eu considero. Nós temos que ter alternativas para elas. Nós vamos trazer aqui, Sônia, juntamente com a Ministra, a representação dos Estados que têm esse pacto para que nós possamos ter um depoimento concreto da experiência de cada um. Mas o seu questionamento me chama a atenção, o que disse a respeito do controle social.

Nós temos algum mecanismo sobre a proposta que a própria Marcha pode apresentar – também estendo isso à União Brasileira de Mulheres e à OAB –, que possa fazer com que a gente tenha um monitoramento não apenas dos órgãos públicos: SPM, AGU, CGU, TCU, mas do próprio controle social, como nós temos na política pública de saúde, pela Lei 8.080, como nós temos no Suas e em várias outras áreas? Como vocês consideram uma proposta concreta que possa servir

de referência para a gente, inclusive, transformar em peça legislativa para essa questão?

Não havendo mais Deputada ou Deputado inscrito, a Senadora fará um questionamento e depois passaremos a palavra aos expositores.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Deixe-me aproveitar, Presidenta Jô, para encaminhar duas perguntas à Marcha Mundial das Mulheres e também à União Brasileira de Mulheres.

Primeiro à Marcha Mundial das Mulheres, à companheira Sônia: a que se atribui a resistência de alguns Estados em assinar o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres? Esses Estados de pactuação tardia têm cumprido os acordos? Há avaliação sobre isso? Gostaríamos de ouvir a opinião da Marcha Mundial das Mulheres com relação a esse tema.

A outra pergunta é para a Marcha Mundial das Mulheres e também para a UBN – União Brasileira de Mulheres. Essas duas entidades, através de seus estudos e das demandas da própria sociedade, conseguem identificar problemas no atendimento à mulher vítima de violência sexual? As delegacias são alvos de crítica das mulheres que as procuram? E sobre os departamento ou institutos de medicina legal, também esses têm sido alvo de críticas?

Vou passar a vocês, por escrito, as perguntas para facilitar o entendimento caso seja necessário.

É só isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Pois não.

Com a palavra a Drª Meire, da OAB.

A SRª MEIRE LUCIA MONTEIRO MOTA COELHO – As próprias perguntas já refletem a importância desta CPMI, especialmente quando ela convoca a sociedade, as instituições para efetivamente cuidar bem de todas essas conquistas. São anos e anos de luta e hoje nós temos um grande aparelhamento do próprio Estado em termos de instrumentos legais.

Não há dúvida de que ninguém reclamou mais, nem propugnou sobre avanços do ponto de vista legal, porque a própria Constituição acolhe de forma veemente, e também a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, a Lei Maria da Penha, que agora está blindada, garantida e em condições de efetividade.

Mas a própria luta e os questionamentos da Lei Maria da Penha respondem um pouco as indagações aqui feitas, porque a lei, de forma clara e já dentro de uma percepção até pedagógica, orienta que deveriam ser capacitados os operadores do direito, os juizes, enfim, tudo o que envolve a efetividade daquela norma. No entanto, passados tantos anos, a gente vê que essas condições são praticamente incipientes ou, como ela bem destacou, insuficientes.

Existem delegacias das mulheres? Não há dúvidas de que, nos últimos anos, muitas foram instaladas, e há vários equipamentos para dar efetividade a essas normas, mas são insuficientes. Nós que vivemos aqui na Capital da República, em Brasília, não precisamos nos debruçar em pesquisas e estudos para ver isso de forma clara. Eu moro numa região aqui de Brasília que tem uma população de mais de 50 mil pessoas, moro na zona rural, e não existe uma única creche, não existe um único posto de atendimento. E estou a vinte minutos do Plano Piloto, dentro do Distrito Federal. Eu sou todo dia conclamada, recebo mulheres fazendo pedidos e não têm nada disso. Então não é preciso fazer muita pesquisa, porque é bem clara a falta de investimento, de orçamento.

Então a CPMI deve aprofundar exatamente essa questão e vislumbrar medidas, porque, sem políticas públicas, sem investimento, sem dinheiro no orçamento...

Com relação à Ordem dos Advogados, historicamente, não só através das comissões da mulher, mas na nossa Comissão de Direitos Humanos, porque a questão da mulher infelizmente ainda passa pela defesa dos direitos fundamentais – direito à vida e à liberdade e a tantos outros direitos de primeiro grau... Nem chegamos aos direitos sociais plenamente, até porque aspectos previdenciários ainda são violados. Então, existem outras questões. Estamos aqui discutindo os direitos fundamentais da mulher: o direito à vida, ao respeito e à dignidade. Nem vamos chegar aos de quarta geração – quem sabe possamos chegar lá! Então, a OAB, através dessas comissões, através de campanhas, faz um trabalho e apoia todos os movimentos sociais.

Não tenho conhecimento especificamente de algum diagnóstico, mas vou obter essas informações para que possamos encaminhar para a CPI. Vou até verificar nos Estados se tem algum estudo da OAB, algum diagnóstico em relação aos atendimentos que ela faz. Sabemos que ela recebe, que é conclamada pela sociedade e que as mulheres buscam os movimentos nesses casos mais notórios, porque nós fiscalizamos, nós vamos às delegacias e também observamos o funcionamento das defensorias.

Não existe uma defensoria para as mulheres. Pode parecer um absurdo dizer isto – ter uma defensoria ou um segmento de uma defensoria –, mas as questões das mulheres exigem isso. Não é a mesma coisa. Não pode ser tratada com uma questão econômica ou como outras questões que vão para a defensoria. E são aquelas mulheres que mais necessitam, porque a defensoria atende as pessoas necessitadas. As mulheres, muitas vezes, não podem, pois, como ganham menos e têm menor poder econômico, não têm como pagar advogado, e sabemos que ter um profissional

na sua defesa é muito importante. É muito importante uma pessoa qualificada para isso.

Então, a OAB tem atuado muito para fortalecer a defesa de mulheres em condições especiais, em condições de risco. Quando há crimes, quando há o clamor da sociedade, é chamada e sempre participa.

Segundo a Presidente da Comissão da Mulher, como eu próprio coloquei, e eu conversei com a Maria Cláudia antes de vir aqui, em todas as defesas, toda vez que a OAB acompanha num desses segmentos, seja no Ministério Público, no Poder Judiciário, nas delegacias ou em qualquer tipo de procedimento judicial – como eu próprio apontei aqui, dito por ela –, há a falta de capacitação dos policiais, desse conhecimento multidisciplinar. Diversos países, por exemplo, adotam a mediação nas questões familiares. Não é por acaso isso. Na maior parte dos países que avançaram na legislação de proteção contra a violência da mulher, por exemplo, na Argentina, é obrigatória a mediação nos processos em relação a questões familiares. Por quê? Porque é nesse momento exatamente que esses profissionais multidisciplinares... Não é apenas um juiz. O juiz vai ser auxiliado. Não é apenas um policial. Não apenas um delegado. Não é só o uso da força, porque, muitas vezes, naquele instrumento de força, não há um diálogo.

Essas questões que estão subjacentes à discriminação da mulher, na própria aceitação ou conformismo da sociedade... “É assim mesmo.” “Foi por isso.” “Foi porque não buscou, não cuidou.” “Por que ela não foi a Delegacia da Mulher?” Sabendo que essa mulher está a quilômetros de distância dessa delegacia. Muitas vezes a forma como ela é tratada, o medo e até a própria forma como o próprio Poder Judiciário se organiza – a autoridade imposta. Aquilo tudo assusta uma pessoa em situação...

Então, acho que a CPI deve uma grande contribuição para mudar isso, deve colocar de forma clara para o sistema judicial, seja do ponto de vista do Poder Judiciário, seja do Ministério Público, as defensorias, que todos têm de ter realmente instrumentos para dar efetividade ampla. Temos uma gama enorme de normas e, para dar efetividade, precisamos realmente disso.

Eu acho que a OAB pode dar uma grande contribuição, porque é uma instituição que tem uma capilaridade enorme. Está em todo o território nacional e é, realmente, um lugar de dar voz a essas questões, de receber essas denúncias. Temos comissões com profissionais extremamente qualificados e dedicados a dar essa resposta.

Colocamo-nos à disposição da CPI, até pelo fato de a OAB/Distrito Federal estar mais próxima, aqui, em Brasília, até para chamar algum especialista ou alguém da nossa própria Comissão da Mulher. Poderiam chamar a própria Dr^a Maria Cláudia ou outra colega da Comissão da Mulher. Elas poderiam falar melhor des-

sa atuação. Informações, o que nós pudermos dar de contribuição para a CPI nos colocamos à disposição.

Espero ter respondido, de forma geral, os questionamentos que foram feitos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, sobretudo pela disponibilidade de a OAB integrar nossa consultoria, mesmo que numa equipe técnica mais informal.

Aproximamo-nos da Ordem do Dia das duas Casas, mas passo a palavra à Sônia, representante da Marcha Mundial das Mulheres.

A SRª SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA

– Obrigada!

Vou começar falando do pacto nacional pelo enfrentamento da violência, que foi uma pergunta da Jô e da Ana Rita também.

Por que os Estados assumem tardiamente o pacto? Na minha opinião, acho que falta vontade política dos Estados para promover políticas de combate à violência. O pacto é duplo. Então, os Estados, muitas vezes, não querem colocar a sua parte nesse pacto. Nós vimos em vários Estados a dificuldade de assinar.

Uma coisa que vocês aqui também precisavam compreender é por que um governo de um Estado não assina um pacto, não aceita uma verba que vai para o seu Estado, para benefício da política das mulheres. Isso é, realmente, para nós, dos movimentos, incompreensível. Mas acho que é justamente porque, quando você pactua, quando você conversa, tem de se comprometer, e esse comprometer-se é o grande problema dos nossos governos em muitos Estados e Municípios. Comprometer-se num pacto não pode ser só de palavras. Não é um pacto de palavra. É um pacto de política de enfrentamento. Então, é colocar o orçamento, equipar as delegacias, dar formação aos profissionais, estimular uma série de políticas nos Estados.

Quando nós vimos essa iniciativa do pacto, achamos isso muito interessante, porque era uma forma exatamente de você envolver os governos e de você ter políticas articuladas, porque, na questão do combate à violência, se você não tiver políticas articuladas em todos os âmbitos de governo, não avança para a superação da violência. As mulheres que sofrem violência têm de ser atendida na sua integralidade. Não basta ter uma delegacia em que ela faça a denúncia. Ela precisa reconstruir a vida. Ela precisa de uma série de políticas para encontrar esse caminho e não cair em outra situação de violência. Acho que o pacto ajudava isso, nessa coisa da articulação das políticas.

Por que nós queremos o controle social? Nós falamos controle social. Do ponto de vista do movimento, não discutimos ainda profundamente como fazer isso, mas, na última conferência, se propôs que todos os Estados

e Municípios tenham o seu plano de política para as mulheres. Nós achamos que a política para as mulheres, no Brasil, tem que avançar. Hoje, você tem um sistema de saúde pública, você tem sistema de assistência; como é que nós vamos fazer no Brasil um sistema de políticas públicas para as mulheres, que a gente não tenha essas políticas pequeninhas, um programinha ali, focalizadinho ali naquela meia dúzia de mulher; e aí muda o governo, aí não faz mais; entra outra e aí aquilo já não existe. Nós queremos política de Estado, não importa qual seja o governo que esteja ali governando. Para enfrentar os problemas que nós temos de desigualdade social das mulheres no Brasil, nós precisamos de política de Estado, não política de governo que entra aqui, sai, faz e acaba. A gente precisa organizar um sistema de política, a gente precisa ter organismo de política para as mulheres em todos os Estados brasileiros, em todas as cidades brasileiras, como nós propusemos nas conferências de política para as mulheres e aí encontrar o nosso caminho para fazer o controle social.

Por que a nossa preocupação? Porque as verbas chegam aos Estados e você não sabe, você continua vivendo e convivendo com os mesmos problemas. E você fala: mas, para onde foram os recursos? Ou, como nós temos muitas vezes, chegam os recursos, você faz um equipamento, com um centro de referência totalmente esvaziado do seu conteúdo, no atendimento, esvaziado em relação aos profissionais e tá muito bem. Nós temos o centro, mas como você mantém esse centro de atendimento.

Então, nós precisamos realmente discutir e participar. Nós, do ponto de vista dos movimentos, queremos cobrar, queremos discutir junto as políticas para as mulheres, porque não é possível a gente continuar num país, numa situação em que a gente não vê um caminho da construção da igualdade. A gente sabe que há esforços, mas como é que a gente articula esses esforços, como é que nós participamos e não permitimos que, muitas vezes, os Estados usem as verbas que poderiam estar trabalhando no combate à violência e que a gente não sabe para onde foi, o que aconteceu.

Em relação aos Ministérios Públicos, que também foram falados, nós, como movimento de mulheres, a gente cobrado nos vários Estados também, porque nós achamos que o Ministério Público tem que ter um papel mais efetivo na cobrança da implementação da Lei Maria da Penha. E isso está colocado, inclusive, na Lei Maria da Penha, tem um artigo que diz isso, de que é papel do Ministério Público fiscalizar. O Ministério Público, muitas vezes, não cumpre o seu papel, que deveria cumprir, na fiscalização e contribuir para que se efetive a implementação da Lei Maria da Penha no vários Municípios do Brasil.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Sônia, pela contribuição...

A SRª SÔNIA COELHO GOMES ORELLANA

– (*Fora do microfone.*) do IML também da violência sexual, que foi perguntada.

Rapidamente, em relação à violência sexual, onde as mulheres mais discutem e falam da dificuldade de fazer a denúncia porque muitas vezes você chega na delegacia e o cara já grita, lá do balcão: qual é o seu problema, pode falar daí. Como é que você vai falar que foi estuprada. Então, é muito difícil. Ainda se trata de uma forma muito desrespeitosa e banalizada. As mulheres, muitas vezes, têm dificuldade, sim, de fazer a denúncia pela forma como são tratadas nos serviços. E os IML na maioria das cidades são distantes; a gente já falou do problema dos equipamentos de violência contra a mulher estão sempre nas capitais; as mulheres do campo não têm acesso. Então, dificulta muito porque os IML estão sempre ali nos centros. Então, precisava ter mais serviços descentralizados, vinculados ao SUS para que tratasse dessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Sonia.

Com a palavra a representante da UBM, Ana Carolina.

A SRª ANA CAROLINA BARBOSA – Bom, para responder aqui um pouco à Marina, quando se fala em feminicídio, você vai... A fonte é bem de direito comparado ainda, mas eu, como boa defensora da criminologia feminista, começo a achar que é uma categoria jurídica sim.

Por que isso, Marina? Porque, na realidade, quando você vai olhar os crimes, casos como o da menina Raquel Genofre, casos como o da Eloá, casos como o da própria Pollyana e da Michellyne, lá de Goiânia também, você vai ter a seguinte tendência: são casos de morte com barbaridade e com muita violência sexual. Na hora que o Judiciário vai apurar, a tendência é secundarizar a violência sexual e partir só para a discussão do homicídio. Isso resulta, por exemplo, numa desconstrução de cena de crime – isso acontece com o caso da Raquel, isso acontece com o caso da Pollyana –, inclusive responsabilizando policiais por questão de furto de objetos da cena do crime, questões também relacionadas ao caso da Eliza Samudio, que também tem toda uma questão de ocultação de prova, o que também acontece com esse caso da bancária Michellyne. Ou você bota fogo no corpo ou você esconde os restos mortais da vítima para não ter nenhuma possibilidade de prova. E aí, a probabilidade nos crimes sexuais precisa de uma estruturação que respeite as mulheres, uma estruturação de IML que respeite as mulheres.

Olha, eu advoguei cinco anos na única casa abrigo, que é da sociedade civil, em Goiás, que é Cen-

tro de Valorização da Mulher, porque lá a gente não tem uma casa abrigo do Estado. É impressionante. E lá atendíamos meninas. É impressionante como a condução dos laudos e do próprio exame é traumática para a vítima. Traumática. E aí, o que o Judiciário quer? Ele quer, por exemplo, a defloração completa, a mulher espancada... Tudo aquilo é o técnico do que está nos autos e tudo mais, sem fazer uma leitura do quão traumático é para a vítima, do ponto de vista de sujeito de direitos e tudo mais que a gente defende, de pessoa humana, passar por aquele processo. Fora isso, os prazos de espera, a não utilização de outros instrumentos, como, por exemplo, o laudo de estresse pós-traumático... Entendeu? A leitura que é feita inclusive desse meio de prova nos processos. Essa questão da utilização da mediação, por exemplo, serve muito para o lado civil da coisa. Para o lado penal, eu discordo um pouco. Porque se tem uma coisa que a Lei Maria da Penha fez bem foi tirar a violência doméstica, por exemplo, das raias do Juizado Especial. E é uma falsa polêmica a gente começar a adotar na esfera penal essa questão da mediação porque isso é voltar ao sistema. E isso atrapalha na aplicação da Lei Maria da Penha, como, por exemplo, nos crimes de ameaça. Porque a mentalidade do Judiciário ainda é de Juizado Especial. É você chegar lá, por exemplo – já me aconteceu –, acompanhando uma vítima, e ela falar assim: “Ah, ele colocava a arma no meu travesseiro. E eu dormia todos os dias com a arma dele debaixo do meu travesseiro”. E eles falavam: “E a senhora tem testemunha para isso?”. Como? Qual a testemunha que vai... “Ah, mas é porque aqui no processo tem que ter três testemunhas.” Eu falei: “Meu senhor, eu não tinha me identificado até agora não, mas eu sou advogada, estava acompanhando, a gente entrou meio na correria. Deixa eu te falar: isso não é obrigação dela não. O problema é seu de investigar”. Entendeu?

Então, a questão de você trabalhar com a categoria do feminicídio é buscar reverter essa lógica. E aí é isto: é o enfrentamento. Porque não existe Poder mais misógino do que o Poder Judiciário. A gente, quando vai trabalhar com isso... E aí faz muita falta, concordo com a menina da marcha, essa percepção do Ministério Público, que precisa atuar como fiscal da lei, efetivamente.

Por exemplo, por que ainda não estão estruturados os serviços de amparo ao agressor? A Lei da Maria da Penha consegue dialogar como uma forma de prevenção inclusive, dizendo: “Olha, punir é uma parte, mas e tratar? E contribuir para a prevenção? E tratar o agressor do ponto de vista de pessoa humana também?”. Porque nós não podemos achar que só – vamos dizer – na via da punição a gente vai conseguir reverter esse problema, que é estrutural.

Outra coisa também que falta. Essa parte das implementações de garantias. A Lei Maria da Penha ainda é muito pobre nisso. Por exemplo, ela – é do ponto de vista econômico que estou falando – ampara a funcionária pública e a mulher com carteira assinada. E quem não tem esse tipo de proteção social, faz o que na questão que é fundamental para a resolução dos crimes, que é a dependência econômica? Como estão funcionando as políticas sociais de atendimento? Será que são somente os cursos de capacitação do CRAS? Será que não temos de fazer efetivamente uma implementação de renda, com as políticas que transferem renda para serem adotadas nesse processo de, vamos dizer assim, dar garantias à vítima?

É outro lado que a nossa legislação também não faz – e não faz no atacado, pois não seria um privilégio só nosso: a reparação das vítimas. Nosso Estado brasileiro é muito pobre no sentido da reparação da vítima. Não vamos nos esquecer como veio a Lei Maria da Penha. Ela é resultado de uma punição internacional. A gente foi levando a tal ponto a condução dos processos que nos resultou, como um dos elementos da nossa punição, a criação da Lei Maria da Penha. E isso está, todos os dias, relacionado às mulheres.

Bom, acho que era isso, gente, para falar dessa questão dos problemas que a gente vê.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu queria agradecer e registrar a presença da Coordenadora da Bancada Feminina, Deputada Janete Pietá; a nossa Deputada Rosane, que já está há mais tempo; a nossa coordenadora, que se recuperou bem de uma situação de saúde que só esta vida nos leva.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, para as suas considerações finais.

Primeiro, quero registrar que foi muito rico o depoimento tanto da Drª Meire, a representante da Marcha, como o da representante da União Brasileira de Mulheres. O depoimento de vocês foi extremamente rico, extremamente denso. E, como comentava a Senadora, nossa Relatora, ele vai contribuir muito para dar um rumo à relatoria.

Segundo, registrar que, na próxima quinta-feira, às nove horas, haverá uma audiência sobre a situação de violência vivida pelas mulheres das florestas e do campo, com a presença da Contag; do Movimento Mulheres Camponesas; de representantes das mulheres indígenas e de quilombolas.

Lembro também, avisando a todos, que a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres vai financiar projetos de enfrentamento da violência contra as mulheres e promoção da autonomia em todo o Brasil. Sugiro que todos e todas visitem a página da Secretaria de Políticas Públicas.

Com a palavra, para as suas considerações finais, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Presidenta. Quero também aproveitar esses momentos finais para agradecer muito às nossas convidadas. Vocês trouxeram informações valiosíssimas.

Eu acredito que, no decorrer da CPMI, nós teremos de continuar conversando. Eu gostei muito da possibilidade de a OAB se colocar à disposição, porque a OAB está presente em todos os Estados. Existe a comissão de mulheres da OAB, que pode cumprir um papel importante de ser uma referência, inclusive, para as mulheres que queiram se manifestar e apresentar alguma queixa, fazer algum registro. Se vocês puderem ter a oportunidade de cumprir o papel de recebê-las e encaminhá-las para a CPMI, vai ser de muita valia para enriquecer o nosso trabalho. Então, agradeço muito à Drª Meirilúcia, que se colocou à disposição da nossa comissão.

Com certeza, precisaremos possivelmente continuar conversando com a UBM e com a Marcha de Mulheres. A contribuição que vocês trouxeram aqui hoje abre um leque de questões que nós precisamos aprofundar e conhecer melhor. As audiências públicas nos Estados nos possibilitarão aprofundar todas essas questões que vocês levantaram aqui hoje. Mas, se houver necessidade, com certeza, a CPMI irá procurar vocês para que possamos conversar mais.

Então, é isso que eu gostaria de colocar neste momento, de agradecê-las muito e de dizer que somos parceiras neste trabalho. A CPMI quer justamente contribuir para que possamos senão eliminar, com certeza, porque é difícil, mas reduzir a violência no nosso País, implementando políticas públicas, fortalecendo as instituições. Eu acho que vocês já apontam alguns caminhos que são fundamentais.

Então, agradeço por esta oportunidade e coloque-me também, como relatora, à disposição de vocês para estarmos conversando e dialogando em outros momentos e em outras ocasiões.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu queria convidar as Deputadas aqui presentes para que pudéssemos atravessar o Salão Verde acompanhando a Associação de Homens contra a Violência à Mulher para fazer um registro.

Nada havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Estamos sem quórum para apreciar.

Agradeço, mais uma vez, a Associação, nós queríamos acompanhá-los para atravessar o Salão Verde.

Está encerrada a reunião. – Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



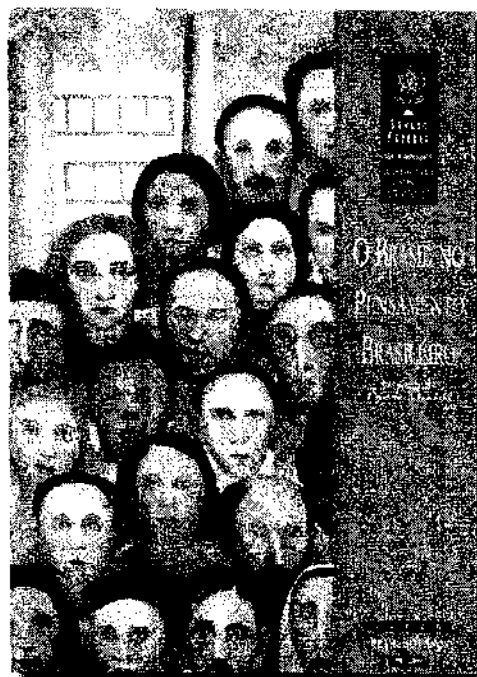
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.

Edição de hoje: 40 páginas
(OS: 11381/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

